



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação Física
Programa de Pós-Graduação em Educação Física

**CONTROLE ESPORTIVO DO CORPO DA MULHER ATLETA DO
BOXE PROFISSIONAL NAS OLIMPÍADAS DE PARIS 2024: uma análise
da campanha de (des)informação propagada pelas mídias esportivas digitais e
pelos sites de veículos de comunicação tradicionais digitais**

Brasília/DF
2026

Tereza Soraia Silva Queiroz

**CONTROLE ESPORTIVO DO CORPO DA MULHER ATLETA NO BOXE
PROFISSIONAL NAS OLIMPÍADAS DE PARIS 2024: uma análise da
campanha de (des)informação propaganda pelas mídias esportivas digitais e
pelos sites de veículos de comunicação tradicionais digitais**

Trabalho apresentado como requisito para defesa de
dissertação no Programa de Mestrado em Educação
Física da Universidade de Brasília, sob a orientação
da Profa. Dra. Dulce Maria Filgueira de Almeida.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dr. Ingrid Dittrich Wiggers

Universidade de Brasília -UnB

Prof. Dr. Thiago Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás -UEG

Prof. Dr. Vitor Marani
Universidade Federal de Goiás-UFG

Orientadora: Profa. Dra. Dulce Maria Filgueira de Almeida
Universidade de Brasília - UnB

AGRADECIMENTO

Nosso trabalho é fruto do coletivo e só foi possível a partir de muitas reflexões;

Agradeço às (aos) colegas do NECON (Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza) por todas as partilhas e colaboração;

Agradeço a instituição Universidade de Brasília (UnB) pela aprendizagem e enriquecimento acadêmico e profissional.

RESUMO

As práticas esportivas e corporais certamente representam um campo extremamente fértil para se desenvolver estudos sobre as relações e representações de gênero na sociedade contemporânea, pois o esporte, particularmente, tornou-se um lugar de disputas intensas sobre as demarcações identitárias. O avanço das mulheres no universo esportivo é um fenômeno que demonstra o *status* atual das mudanças sociais e culturais no âmbito das relações de gênero. Uma das questões centrais relacionadas à participação das atletas nos esportes de alto rendimento está associada com as formas nas quais são estruturadas a subjetividade e a identidade das mulheres. Recorremos às referências teórico-metodológicas da sociologia do corpo, notadamente, Beauvoir (1967); Connell (1995); Scott (1995); Le Breton (2003); Foucault (1987) cujo foco é a compreensão do corpo, gênero e esporte de forma ampliada e considerando fatores biológicos, psicológicos e sociais, bem como os discursos midiáticos relacionados às mulheres atletas perpassam por julgamentos, culturais, morais e significados sociais, que produzem ideais corpóreos, conforme sugerem Novaes (2010) e Andrade (2003). Como pesquisadora da área da Educação Física, nosso intuito, ao propor essa temática, é problematizar em que medida padrões corporais se impõem a mulheres atletas no esporte de alto rendimento, especialmente quando consideramos o papel da mídia esportiva digital e dos veículos de comunicação tradicionais digitais em contextos como o dos Jogos Olímpicos. Diante do exposto, nosso problema central de pesquisa é: como as mídias esportivas digitais e os sites de veículos de comunicação tradicionais digitais estruturam e disseminam os conteúdos de desinformação sobre o corpo da mulher atleta no boxe profissional? O objetivo geral consiste em analisar a relação entre corpo e gênero no esporte, especificamente no boxe profissional, com ênfase na influência das mídias esportivas digitais, além dos sites veículos de comunicação tradicionais digitais na construção e disseminação do controle esportivo de padrões corporais para mulher atleta pugilista, considerando o período de atuação da boxeadora argelina Imane Khelif nas Olimpíadas de Paris 2024. E, pretendemos, especificamente: (ii) identificar, nas mídias esportivas digitais e nos sites de veículos de comunicação tradicionais digitais, as principais narrativas que demonstram o controle sobre a relação entre o corpo da mulher atleta e o esporte de alto rendimento, o boxe profissional, tomando essas narrativas como unidades de sentido;(iii) verificar, se nessas narrativas, há a presença de elementos associados aos padrões corporais femininos impostos às mulheres com base em normas sociais vinculadas à heteronormatividade. A perspectiva teórica adotada para esta pesquisa utiliza pressupostos da observação indireta e a técnica aplicada foi a análise de conteúdo.

Palavras-chave: Corpo. Gênero. Mulher. Esporte. Mídias. Controle corporal.

ABSTRACT

Sports and body practices certainly represent an extremely fertile field for developing studies on gender relations and representations in contemporary society, since sports, in particular, have become a place of intense disputes over identity demarcations. The advancement of women in the world of sports is a phenomenon that demonstrates the current status of social and cultural changes in the context of gender relations. One of the central issues related to the participation of athletes in high-performance sports is associated with the ways in which women's subjectivity and identity are structured. We draw on theoretical and methodological references from the sociology of the body, notably Beauvoir (1967); Connell (1995); Scott (1995); Le Breton (2003); Foucault (1987), whose focus is on understanding the body, gender and sport in a broader way and considering biological, psychological and social factors, as well as media discourses related to female athletes permeate cultural, moral and social meanings, which produce body ideals, as suggested by Novaes (2010) and Andrade (2003). As a researcher in the field of Physical Education, our aim, in proposing this theme, is to problematize the extent to which body standards are imposed on female athletes in high-performance sports, especially when we consider the role of digital sports media and traditional digital media outlets in contexts such as the Olympic Games. Given the above, our central research problem is: how do digital sports media and traditional digital media outlet websites structure and disseminate misinformation content about the body of female athletes in professional boxing? The general objective is to analyze the relationship between body and gender in sports, specifically in professional boxing, with an emphasis on the influence of digital sports media, in addition to traditional digital media websites, in the construction and dissemination of sports control of body standards for female boxing athletes, considering the period of performance of Algerian boxer Imane Khelif in the Paris 2024 Olympics. And, we intend, specifically: (ii) to identify, in digital sports media and on traditional digital media websites, the main narratives that demonstrate control over the relationship between the body of the female athlete and the high-performance sport, professional boxing, taking these narratives as units of meaning; (iii) to verify, whether in these narratives, there is the presence of elements associated with female body standards imposed on women based on social norms linked to heteronormativity. The theoretical perspective adopted for this research uses assumptions of indirect observation and the technique applied was content analysis.

Keywords: Body. Gender. Woman. Sport. Media. Body control.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imane Khelif nos Jogos Olímpicos de Paris 2024 a esquerda e em sua infância a direita. Créditos: People/ redes sociais, p. 17

Figura 2 - Imane Khelif como embaixadora da UNICEF, p.18

Figura 3 - A direita, Imane Khelif durante sua infância, p.18

Figura 4 - Ewa Kłobukowska in 1964, p. 19

Figura 5 - Paris 2024 will be the first 100% Gender Equal Games in history, p. 50

Figura 6 - Equipe de natação olímpica dos Estados Unidos para 2024 conta com 27 homens e 21 mulheres, p. 51

Figura 7 - Reportagem 1, p. 53

Figura 8 - Reportagem 2, p. 54

Figura 9 - Reportagem 3, p. 55

Figura 10 - Reportagem 4, p. 56

Figura 11 - Reportagem 5, p. 57

Figura 12 - Reportagem 6, p. 58

Figura 13 - Reportagem 7, p. 59

Figura 14 - Reportagem 8, p. 60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Domicílios que havia utilização a Internet, por situação do domicílio (%).....	45
Gráfico 2. Domicílios com televisão, por acesso a serviço pago de streaming de vídeo (%)..	46
Gráfico 3. Domicílios com telefone fixo convencional e com telefone móvel celular (%)...47	
Gráfico 4. Domicílios com microcomputador ou tablet (%)	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. - Equipes Destaques e Principais Colocações das Delegações Femininas do Brasil em Jogos Olímpicos, p. 27

Tabela 2. - Resultados encontrados nas mídias esportivas digitais e nos sites de veículos de comunicação tradicionais digitais, p.52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBB	Confederação Brasileira de Boxe
COI	Comitê Olímpico Internacional
CND	Conselho Nacional de Desportos
CND	Conselho Nacional dos Desportos
CONs	Comitê Olímpicos Nacionais
IBA	Associação Internacional de Boxe (sigla em inglês)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
EF	Educação Física
ESPN	Entertainment and Sports Programming Network
FIVB	Federação Internacional de Vôlei
FIBA	Federação Internacional de Boxe Amador
FFB	Federação Francesa de Boxe
NECON	Núcleo de Estudos do Corpo e da Natureza
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UnB	Universidade de Brasília
UNICEF	United Nations Children's Fund
UFG	Universidade Federal de Goiás

Sumário

<u>RESUMO.....</u>	<u>4</u>
<u>ABSTRACT.....</u>	<u>5</u>
<u>LISTA DE FIGURAS.....</u>	<u>6</u>
<u>LISTA DE GRÁFICOS</u>	<u>7</u>
<u>LISTA DE TABELAS.....</u>	<u>8</u>
<u>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</u>	<u>9</u>
<u>1 INTRODUÇÃO.....</u>	<u>11</u>
Objetivo geral.....	15
Objetivos específicos.....	15
<u>2 TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO UNIVERSO ESPORTIVO: UM BREVE HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DELAS NO ESPORTE E NOS JOGOS OLÍMPICOS 22</u>	
2.1 Inserção da mulher atleta brasileira nos Universo esportivo e nos Jogos Olímpicos	28
2.2 Mulheres trans e a inclusão no Esporte Profissional mundial e brasileiro.....	30
2.3 The First round, breve histórico das mulheres no Boxe.....	31
2.4 Mulher atleta e a estigmatização de seu corpo.....	33
<u>3 DISCUSSÃO TEÓRICA.....</u>	<u>46</u>
3.1 Corpo, gênero e esporte.....	46
<u>4 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</u>	<u>55</u>
<u>5 ANALISANDO OS FATOS.....</u>	<u>60</u>
5.1 Afinal, o que motivou os ataques?	75
<u>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>77</u>
<u>7 REFERÊNCIAS.....</u>	<u>80</u>

1 INTRODUÇÃO

As interseções entre corpo, esporte e gênero configuram um campo de debate crescente nas ciências humanas, sociais e na educação física, especialmente quando observadas a partir das representações produzidas pelas mídias digitais. Esta pesquisa parte da problemática relacionada ao modo de controle esportivo do corpo da mulher atleta do pugilismo profissional retratada por meio das mídias esportivas digitais e dos veículos de comunicação tradicionais digitais por meio de narrativas que contribuem para a construção de imagens e discursos que dominam o corpo da mulher atleta.

Segundo Le Breton (2007), o corpo é um vetor semântico fundamental para a existência humana, pois é por meio dele que o sujeito se insere no mundo e percebe os sistemas simbólicos que o constituem. O autor propõe a superação de antigas legitimações que desvalorizavam o corpo em sua relação com os outros e com o mundo, resgatando-o como uma instância essencial da experiência social e simbólica.

Esse corpo, portanto, não é compreendido como fragmentado, mas sim como parte de um todo integrado — amalgamado à natureza, à coletividade, ao cosmos — constituindo uma interface entre o social e o individual. Em consonância com essa visão, Le Breton (2011) destaca que, embora biologicamente constituídos, os corpos são continuamente modulados por processos socioculturais, adquirindo significados distintos conforme a época histórica e os contextos sociais em que se inserem.

Sob a perspectiva antropológica, ainda segundo Le Breton, o corpo é condição da existência humana: é o lugar da identidade e da alteridade, e é por meio dele que o sujeito transforma sua relação com o mundo. Nesse sentido, as práticas corporais e esportivas emergem como espaços privilegiados para a investigação acadêmica, sobretudo por sua potência simbólica e por expressarem disputas em torno das representações sociais de gênero na contemporaneidade.

O esporte, enquanto prática social estruturada, tornou-se um campo simbólico de intensas disputas identitárias. Trata-se, como aponta Bourdieu (2022), de um campo constituído por posições e correlações de forças, cujas propriedades dependem das posições ocupadas pelos diferentes agentes sociais. Acompanhando a leitura de Martin (2022), pensar o esporte como campo implica reconhecer as relações de poder, luta e dominação que o atravessam, evidenciando sua importância para a análise das construções sociais de gênero.

Faz-se necessário registrar, como propõe Bourdieu (2022, p. 580, apud Martin, 2022, p. 225), que nem todo espaço social é, por si só, um campo; para isso, é preciso que as instituições que o compõem exerçam efeitos umas sobre as outras, estabelecendo relações objetivas entre si. À luz dessa concepção, compreendemos o esporte como um campo social no qual instituições, normas, valores e discursos produzem e reproduzem sentidos sobre os corpos — especialmente os corpos femininos — e sobre as práticas de gênero que os atravessam.

Dessa maneira, entendemos que o esporte participa ativamente da definição de padrões corporais, consolidando representações normativas de feminilidade e masculinidade, sustentadas por um modelo binário hegemônico. O corpo feminino, nesse contexto, é frequentemente regulado e disciplinado por normas que delimitam sua presença no espaço esportivo, ora o valorizando por sua "graça", ora o desqualificando por "desvios" de uma feminilidade idealizada.

Ainda assim, mesmo diante das ambiguidades e das hierarquias que estruturam o campo esportivo, é possível identificar avanços na participação das mulheres, evidenciando transformações simbólicas e sociais nas relações de gênero. Essas mudanças, contudo, não ocorrem de maneira linear ou homogênea, sendo constantemente tensionadas pelas regras da heterocisnormatividade que definem os contornos da subjetividade e da identidade de gênero no esporte de alto rendimento.

No âmbito das Ciências Sociais, os estudos de gênero passaram a ganhar visibilidade a partir das últimas décadas do século XX, sobretudo com as contribuições dos feminismos estadunidenses. Joan Scott (1995) destaca que o termo "gênero", inicialmente empregado para nomear as desigualdades entre homens e mulheres, transformou-se em uma categoria analítica potente para examinar as relações de poder, especialmente no que diz respeito à dominação masculina. Bourdieu (2003) aprofunda essa reflexão ao compreender a dominação masculina como uma forma de violência simbólica incorporada socialmente, cujos esquemas de percepção e apreciação moldam práticas, valores e identidades.

Dessa forma, o estudo das relações de gênero no esporte se inscreve em um contexto de disputas simbólicas e de resistência, no qual se confrontam visões normativas e reivindicações por reconhecimento e igualdade. O corpo feminino de atletas torna-se, assim, um lugar privilegiado de análise — pois nele se inscrevem e se tensionam os discursos sociais sobre gênero, sexualidade, performance e competência.

A presente pesquisa justifica-se, portanto, por sua contribuição ao debate acadêmico e social sobre a relação entre corpo, gênero e esporte. Ao problematizar o papel da mídia esportiva na construção de padrões corporais e identitários femininos, pretende-se lançar luz

sobre as formas de representação e silenciamento que ainda persistem no campo esportivo, contribuindo para a afirmação de direitos, equidade de gênero e ampliação da participação das mulheres no esporte de alto rendimento.

Ainda que sejam essenciais para a compreensão da organização dos grupos sociais, os estudos voltados à condição da mulher permanecem relativamente recentes e, em muitos casos, limitados em sua abrangência e aprofundamento, segundo Bassanezi (2009). É amplamente reconhecido que a inserção feminina no mercado de trabalho, nas universidades e na luta por igualdade de direitos e liberdades civis intensificou-se a partir das transformações sociais ocorridas entre o final da década de 1960 e a década de 1970, marcadas por movimentos feministas e outras formas de mobilização política e social.

Nesse sentido, conforme aponta Matos (2008), foi nesse período que as mulheres começaram a ganhar maior visibilidade na esfera pública e a ocupar espaços que, historicamente, haviam sido destinados exclusivamente aos homens. A partir dessa contextualização histórica, torna-se possível refletir sobre as permanências e transformações no modo como os corpos femininos continuam sendo representados — e, por vezes, objetificados — no cenário esportivo contemporâneo, especialmente em plataformas digitais.

Ao observar a trajetória histórica dos espaços sociais ocupados pelas mulheres, constata-se uma divisão tradicionalmente estabelecida entre o público, atribuído aos homens, e o privado, reservado às mulheres. Conforme argumenta Bassanezi (2009), essa dicotomia fundamentou-se em construções sociais que delimitavam os papéis de gênero, conferindo à figura masculina o domínio da vida pública e à feminina a responsabilidade exclusiva pelo espaço doméstico.

Nesse contexto, a mulher era socialmente condicionada a permanecer no ambiente doméstico, realizando atividades ligadas ao cuidado do lar e da família. Quando inserida no mercado de trabalho, sua atuação era frequentemente considerada subsidiária à do homem, visto como o provedor e chefe da unidade familiar.

No entanto, com o avanço dos movimentos feministas, especialmente a partir da segunda metade do século XX, essas fronteiras começaram a ser questionadas. Segundo Matos (2008), foi por meio das mobilizações feministas que as mulheres passaram a ocupar efetivamente os espaços públicos, reivindicando direitos historicamente negados e lutando por igualdade de condições e oportunidades.

Durante esse período, rompe-se simbolicamente a separação entre o público e o privado. A mulher passa a demandar sua presença em espaços sociais, culturais e políticos, protagonizando uma mudança estrutural que visava não apenas ampliar sua participação, mas

também desconstruir os estigmas de fragilidade, submissão e inferioridade que lhe foram historicamente atribuídos.

Na década de 1990, com a consolidação da terceira onda do feminismo, esses debates adentram no campo acadêmico, deixando de se restringir apenas à dicotomia entre masculino e feminino. Nesse momento, intensificam-se as análises críticas sobre os papéis sociais de gênero e as estruturas de poder que os sustentam, promovendo importantes avanços, embora ainda persistam desafios e desigualdades a serem enfrentados.

Esta dissertação insere-se no campo dos estudos relacionados à sociologia do corpo, tendo o corpo como eixo central de análise. Todavia, o corpo aqui abordado como objeto de interesse está intrinsecamente vinculado às questões de gênero e ao contexto social em que se insere. O foco recai sobre os corpos de mulheres no esporte, com especial atenção à forma como as mídias esportivas digitais constroem e veiculam narrativas sobre esses corpos.

A seguir, expõe-se a motivação que orientou a definição do objeto deste estudo, bem como a formulação da questão norteadora da pesquisa. A escolha temática foi impulsionada pela minha atuação como docente na área de Educação Física, com experiência em intervenção pedagógica, além de minha trajetória enquanto atleta, aspectos que despertaram reflexões sobre a relação entre corpo e gênero no contexto esportivo.

No que se refere à minha experiência no campo esportivo, esta foi construída ao longo de uma vivência significativa no esporte de alto rendimento, notadamente na modalidade da natação. Como atleta e competidora, pude observar que, ao ingressar nesse universo, não se impunha uma padronização corporal única para as mulheres atletas, mas sim uma adaptação dos corpos às exigências específicas de cada modalidade esportiva.

Essa percepção permitiu compreender que o campo esportivo apresenta dinâmicas distintas daquelas observadas na sociedade em geral, a qual tende a valorizar modelos corporais normativos, orientados por discursos midiáticos e imposições socioculturais.

A essas duas inserções — docente e atleta — soma-se a minha atuação como pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza da Universidade de Brasília (NECON–UnB), especialmente à linha de pesquisa “Corpo, natureza e gênero”, à qual me filio institucionalmente.

No âmbito dessa linha de pesquisa, o NECON–UnB desenvolve investigações voltadas às práticas corporais e relações de gênero; às políticas públicas de esporte, lazer e meio ambiente; bem como os rituais e processos de cura associados às práticas corporais.

Entre as produções relevantes para este trabalho, destacam-se os estudos de Thiago Iwamoto e Dulce Almeida (2021), que analisam os comentários de internautas na página

“Quebrando o Tabu”, especialmente no que se refere ao preconceito e estigmatização em torno da atleta de voleibol Tiffany Abreu. Também se inscreve nesse escopo o trabalho de Francisca Islândia Silva e Dulce Almeida, que problematiza o rugby enquanto prática mediadora na constituição de significados das masculinidades, revelando que, ao longo de sua história, ora reproduz concepções tradicionais, ora tensiona normas de gênero (Silva; Almeida, 2021).

Além disso, a pesquisa de Valéria Oliveira, Ana Márcia Silva e Dulce Almeida examina os processos de construção corporal de atletas de musculação fitness e fisiculturismo, com ênfase nas suas identificações e sentimentos de pertencimento social (Oliveira et al., 2019).

Essas contribuições fundamentaram na elaboração da problemática desta dissertação, centrada no controle esportivo do corpo da mulher atleta no boxe profissional, estabelecendo assim uma imposição de padrões corporais às mulheres atletas no esporte de alto rendimento à luz das representações midiáticas digitais no contexto do boxe profissional. A partir disso, enunciam-se as seguintes questões da pesquisa:

Quais são os instrumentos utilizados pelo esporte para controlar o corpo da mulher atleta? Como as mídias esportivas digitais e os sites de veículos de comunicação tradicionais digitais estruturam e disseminam os conteúdos de desinformação sobre o corpo da mulher atleta no boxe profissional?

Dessas questões, derivaram-se os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Analisar a relação entre corpo e gênero no esporte, especificamente no boxe profissional, com ênfase na influência das mídias esportivas digitais, além dos sites veículos de comunicação tradicionais digitais na construção e disseminação do controle esportivo de padrões corporais para mulher atleta pugilista, considerando o período de atuação da boxeadora argelina Imane Khelif nas Olimpíadas de Paris 2024.

Objetivos específicos:

Identificar, nas mídias esportivas digitais e nos sites de veículos de comunicação tradicionais digitais, as principais narrativas que demonstram o controle sobre a relação entre o corpo da mulher atleta e o esporte de alto rendimento, o boxe profissional, tomando essas narrativas como unidades de sentido.

Verificar, se nessas narrativas, há a presença de elementos associados aos padrões corporais femininos impostos às mulheres com base em normas sociais vinculadas à heteronormatividade.

A estrutura da dissertação organiza-se em capítulos. No primeiro, apresenta-se a trajetória das mulheres no universo esportivo. Em seguida, destaca-se o delineamento

metodológico da pesquisa, que se orienta pelo método da observação indireta e pela técnica de análise de conteúdo. Após, faz-se uma análise dos fatos e logo em seguida uma exposição de conceitos que fundamentam e sustentam a análise proposta, compondo a seção intitulada "Discussão Teórica". Tem-se como consequência a análise do material encontrado nas mídias esportivas digitais, além dos veículos de comunicação tradicionais digitais que nos possibilitaram a compreensão/interpretação do objeto do estudo. E, por fim, evidencia-se as considerações finais, denominada de conclusão.

Antes de iniciar a discussão teórica, é necessário compreender quem é, de fato, a pugilista argelina, ouro nas Olimpíadas de Paris 2024, na categoria meio-médio, Imane Khelif. A partir de todo o material coletado sobre a referida atleta, surgiu uma pergunta: afinal, quem é Imane Khelif? Para averiguar essa informação, recorreremos às mídias esportivas digitais, bem como aos veículos de comunicação tradicionais digitais para coletar esses dados.

Nascida em Tiaret, no noroeste da Argélia, de uma infância pobre em um vilarejo a cerca de 300 quilômetros de Argel, a atual campeã olímpica de Paris 2024 do boxe na categoria meio-médio feminino (até 66Kg), de 25 anos de idade e embaixadora da Unicef, Imane Khelif, jogava futebol com os meninos em seu vilarejo, Biban Mesbah, mas devido a sua capacidade de correr, que era mais rápida que a dos demais, às vezes, esse fator resultava em brigas, nas quais ela respondia com socos, o que a levou ao boxe profissional, segundo Da infância pobre ao cargo de embaixadora da Unicef: conheça a história da boxeadora argelina alvo de polêmica em Paris-2024. O Globo, 22/06/2025.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/olimpiadas/noticia/2024/08/04/das-brigas-na-rua-aembaixadora-da-unicef-a-luta-contr-o-preconceito-da-boxeadora-argelina-quevirou-alvo-de-polemica-em-paris.ghtml>. Acesso em: 22 de jun. de 2025.

Imagem 1- Imane Khelif nos Jogos Olímpicos de Paris 2024 a esquerda e em sua infância a direita. Créditos: People/ redes sociais.



Fonte: <https://mtpnoticias.com/virales/boxeadora-imane-khelif-nacio-mujer-pero-en-paris-2024-cuestionan-su-sexo/>

Ainda, de acordo com a entrevista, a boxeadora afirmou ao Canal Algérie: “venho de uma família conservadora. O boxe não era um esporte muito popular para as mulheres, especialmente na Argélia. Foi difícil.” A atleta declarou, em uma entrevista para a Unicef, que necessitava vender sucata e o cuscuz, produzido por sua mãe, para poder custear as passagens de ônibus de seu vilarejo até Tiaret.

Nas Olimpíadas de Paris 2024, após sua vitória nas oitavas de final, contra a italiana Angela Carini, que desistiu aos 46 segundos da luta, Imane Khelif, foi alvo, nas mídias sociais, de uma campanha de ódio, sexismo, misoginia e racismo com publicações atribuídas, especialmente, à extrema direita insinuando que ela seria "um homem lutando contra mulheres", conforme Da infância pobre ao cargo de embaixadora da Unicef: conheça a história da boxeadora argelina alvo de polêmica em Paris-2024. O Globo, 22/06/2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/olimpiadas/noticia/2024/08/04/das-brigas-na-rua-aembaixadora-da-unicef-a-luta-contr-o-preconceito-da-boxeadora-argelina-quevirou-alvo-de-polemica-em-paris.ghtml>. Acesso em: 22 de jun. de 2025.

Figura 2- Imane Khelif como embaixadora da UNICEF



Fonte: <https://www.marca.com/mx/boxeo/album/2024/08/16/66bf654122601db96a8b4579.html>

Um dos membros da família da boxeadora, o tio Rachid Jabeur, concedeu uma entrevista, com exclusividade, à BBC News Arabic, antes da conquista do ouro Olímpico da Atleta. Conforme as palavras do tio: "Imane nasceu mulher e viveu como mulher. Sua infância difícil na Argélia lhe deu a força mental necessária para lidar com a enorme pressão vivida durante essa Olimpíada", de acordo com (Fikry; Eldeeb, 2024).

Figura 3- A direita, Imane Khelif durante sua infância



Fonte: <https://www.boxe.com.br/o-polemico-caso-de-imane-khelif/>

Diante das informações expostas, esta pesquisa propõe contribuir com a reflexão sobre as questões de gênero, bem como o controle esportivo do corpo da mulher atleta por meio das mídias esportivas digitais e dos veículos de comunicação tradicionais digitais. Para isso, abordamos de qual forma os websites e os jornais digitais podem ser utilizados como fonte de

produção e propagação de conteúdo de (des)informação como forma de controle esportivo corporal da mulher atleta nas Olimpíadas de Paris 2024.

Sobre informação, (des)informação e fake news na Era da comunicação digital

Devido ao avanço das tecnologias e do processo de midiatização da sociedade, as formas de interação e de comunicação, a rapidez no processamento e na divulgação de informações, bem como suas repercussões na sociedade, parecem ganhar uma força sem precedentes. Com o alcance da internet e das comunicações, em tempo real, informação, (des)informação e fake news se tornaram temáticas de interesse de pesquisas de diversas áreas do conhecimento. A (des)informação e as fakes news, nos últimos anos, atraíram a atenção pública devido aos seus efeitos danosos na sociedade. Dessa forma, analisaremos, de forma breve, a conceituação de informação, (des)informação e fake news e seus impactos na sociedade contemporânea.

A palavra informação é de origem latina (*informatio*), conforme Thesaurus (1900), que significa dar forma, colocar em forma, mas também representar uma ideia ou noção Zeman (1970). Sob o ponto de vista moderno de informação, como comunicação de conhecimento, o termo não está relacionado apenas à visão purista de mensagens e mensageiros, mas inclui também uma visão moderna de conhecimento empírico compartilhado por uma comunidade científica. A conceituação pós-moderna, informação seria, na verdade, uma nova categoria, porém não pode ser inserida, ecleticamente, ao lado das categorias anteriores, segundo Capurro (2001). Diante disso, surge a seguinte reflexão:

Informação é uma palavra usada com frequência no linguajar cotidiano e a maior parte das pessoas que a usam pensam que sabem o que ela significa. No entanto, é extremamente difícil definir informação, e até mesmo obter consenso sobre como deveria ser definida. O fato é, naturalmente, que informação significa coisas diferentes para pessoas diferentes (Lancaster, 1989, p. 1)

Seguindo essa reflexão, o conceito de informação pode ser compreendido, segundo o pensamento de Le Coadic (1996, p. 13), como a matéria e o produto da comunicação, e a comunicação o meio necessário para a transmissão dessa informação, ou seja, a comunicação seria um ato, um processo, um mecanismo, e que a informação, seria um produto, uma substância, uma matéria.

Nos últimos anos, a discussão sobre informação, (des)informação e fake news ganhou espaço nos meios de comunicação, em geral. O termo (des)informação, é utilizado para se diferenciar de fake news, pois diferentemente deste, aquele sustenta-se na tentativa, deliberada,

de confundir e manipular a sociedade. Não devendo ser tratada simplesmente de uma inocente mentira, mas de uma estratégia de retórica, podendo ser também uma estratégia política, que tem como objetivo propagar, falácias, (in)verdades, falsidade, invenções de maneira orquestrada, planejada, sistêmica e articulada para fins específicos. Essa conceituação está alinhada ao posicionamento tomado no prefácio do manual para educação e treinamento em jornalismo, fake news e desinformação Berger (2019). O referido manual defende o seguinte:

[...] o termo desinformação é comumente usado para se referir a tentativas deliberadas (frequentemente orquestradas) para confundir ou manipular pessoas por meio de transmissão de informações desonestas. Isso geralmente é combinado com estratégias de comunicação paralelas e cruzadas e um conjunto de outras táticas, como hackear, ou comprometer pessoas (Berger, 2019, p. 9).

Com relação ao fenômeno contemporâneo das fake news, segundo Pennycook; Rand (2020), podem ser descritas como informações distorcidas e divulgadas de forma ampla, apresentadas como verídicas e que tem como finalidade manipular as opiniões, além das emoções, de pessoas sobre outras pessoas e/ou grupos. Assim sendo, desinformar, consiste em produzir e propagar informações falsas para alterar percepções de acordo com algum objetivo pré-estabelecido e esse comportamento, como qualquer outro, é influenciado por eventos mundiais, como no caso das Olimpíadas de Paris de 2024, especificamente sobre as pugilistas Taiwanesa Lin Yu-ting e Argelina Imane Khelif.

O controle esportivo do corpo da mulher atleta- quando as regras se tornam discursos generificantes

Ao longo da trajetória da participação das mulheres nos Jogos Olímpicos da Era Moderna, surgiram Políticas de Verificação de Gênero, que podem ser compreendidas como parte de uma estratégia para a manutenção do campo esportivo como um espaço generificado e generificante. A identidade de gênero e o gênero, segundo Ann Lock (2003), são construídos por meio do corpo. Para demonstrar o quanto o discurso da binariedade de gênero esteve e está presente no esporte, serão apresentados alguns aspectos da história dessas políticas.

Segundo Ritchie (2003), os testes de verificação de gênero foram inseridos no Campeonato Europeu de Atletismo, em Budapeste, na Hungria, no ano de 1966. As mulheres atletas eram obrigadas a se apresentarem despidas na presença de um grupo de médicos ginecologistas e eram submetidas a uma inspeção genital visual. Nos Jogos da Commonwealth (Comunidade Britânica), na Jamaica, em 1966, todas as atletas foram testadas, isto é, submetidas aos exames ginecológicos visuais para comprovação do sexo.

No ano de 1967, o teste de cromossomo de sexo passou a ser utilizado e, pela primeira vez na história, uma atleta foi reprovada. A polonesa Ewa Klobukowska passou pela inspeção visual, porém, posteriormente, foi desclassificada pois tinha um cromossomo a mais do que era permitido para que se qualificar como mulher cis. A atleta tinha cromossomos XXY, e não a definição cromossômica compatível com o sexo feminino, em outras palavras, cromossomos XX. Nas palavras Ritchie (2003), ainda que se tentasse justificar esses testes como uma forma de se evitar que atletas do sexo masculino competissem em concorrência desleal com mulheres, as objeções em relação à abordagem invasiva e constrangedora foram frequentes.

Figura 1- Ewa Kłobukowska in 1964



Fonte: <https://theolympians.co/tag/ewa-klobukowska>

A Política de Verificação de Gênero, ou como ficou conhecida teste de feminilidade, foi inserida pelo COI, em 1968, nos Jogos Olímpicos de Verão e nos de Inverno. Foi anunciada publicamente como uma forma de garantir que todas as atletas pudessem competir em igualdade de oportunidades, esse é um dos principais objetivos da política em questão. Contudo, em 1999, período no qual esse teste foi oficialmente retirado dos Jogos Olímpicos, verificou-se que a comunidade esportiva internacional havia provocado uma grande confusão entre mulheres atletas, entre elas as intersexuais.

Além do mais, essa política veio a reforçar a cisão entre os sexos no esporte de alto rendimento, bem como estigmatizar as mulheres atletas que passaram por essa experiência traumática, constrangedora e vexatória, algumas dessas atletas tiveram que comprovar sua condição de mulher cis. De forma geral, as federações esportivas internacionais foram partidárias aos testes com a justificativa de que dessa maneira a autenticidade das competições femininas seriam preservadas.

O então invasivo e constrangedor exame ginecológico foi substituído pelo de análise da cromatina sexual realizado a partir da mucosa bucal coletada com uma lâmina e que passa por análise citológica. Esse é um teste utilizado nos casos em que há incerteza quanto ao sexo da

mulher atleta. Conforme Dickinson et al. (1984), finalidade desse exame é a mesma que a dos ginecológicos: detectar impostores do sexo masculino que teriam uma vantagem desleal com base na dimensão superior, força e velocidade associado com massa muscular superior as das mulheres, isto é, quando surgem traços andrógenos/masculinos que sobressaem aos padrões de feminilidade heteronormativos ou quando a performance é extremamente superior a das demais competidoras, recai a suspeita sobre o sexo e o sobre o gênero dessas mulheres atletas.

Em um período no qual surgiram dúvidas quanto a legitimidade relacionada ao sexo de algumas atletas, como as boxeadoras Lin Yu-ting (Taiwan) e Imane Khelif (Argélia), a comunidade esportiva internacional tomou certas medidas, com a seguinte justificativa: evitar que homens cis, mulheres trans ou mulheres cis, mas que apresentem altas dosagens de esteroides anabolizantes tenham vantagem nas modalidades femininas. Ao longo da participação das mulheres nos esportes de alto rendimento, sobretudo nos séculos XX e XXI, observou-se uma preocupação com o controle da preservação de um padrão corporal de feminilidade heteronormativa por meio de Políticas de Verificação de Gênero. Para se alcançar o mais alto lugar do pódio, é necessário desenvolver biopsicossocial o corpo e isso, na maioria dos esportes de alto rendimento requer, sobretudo, um corpo que irá fugir do padrão de feminilidade heteronormativa e conseqüentemente alvo, não somente de comentários difamatórios quanto ao sexo, mas de dúvidas por parte dos órgãos internacionais esportivos.

2 TRAJETÓRIA DA MULHERES NO UNIVERSO ESPORTIVO: UM BREVE HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DELAS NO ESPORTE E NOS JOGOS OLÍMPICOS

São precisamente as esportistas que, positivamente interessadas em sua própria realização, se sentem menos inferiorizadas em relação ao homem [...] que escale picos, que nade, que pilote um avião, que lute contra os elementos, que assuma riscos e se aventure, não sentirá ela, diante do mundo, a timidez de que falei (Beauvoir, 1967, p.71).

Para compreender a participação das mulheres no cenário esportivo, é necessário recorrer a uma análise histórica, considerando que, desde os primórdios das práticas corporais relacionadas aos rituais religiosos e de caça, as mulheres já desempenhavam funções fundamentais. Há registros de sua atuação, por exemplo, no auxílio à caça, especialmente no momento do abate das presas destinadas a sacrifícios cerimoniais — participação que revela um envolvimento ancestral das mulheres nas práticas físicas que originaram os esportes.

No campo esportivo, esse processo histórico de inserção feminina revela-se especialmente significativo. Desde a Grécia Antiga, o esporte foi concebido como um espaço

exclusivamente masculino, marcado pela exclusão sistemática das mulheres. Nos Jogos Olímpicos da Antiguidade, por exemplo, elas eram proibidas de competir e, em alguns casos, até mesmo de assistir às competições, com base nas ideias de Goellner (2006).

A trajetória das mulheres no esporte foi marcada por exclusões. Desde o período da Grécia Antiga — sociedade pautada por uma estrutura social patriarcal —, práticas esportivas tornaram-se domínio quase exclusivo dos homens. Entre 776 a.C. e 393 d.C., foram realizados os Jogos Panatenaicos e os Jogos Olímpicos da Antiguidade, considerados as mais relevantes manifestações atléticas do período, com forte conotação religiosa e voltadas à exaltação de deuses como Zeus e Hera, Durantez (1975).

Segundo Schnapp (1996), a presença das mulheres era proibida, inclusive como espectadora, sob a alegação de que o acesso ao estádio, localizado em terreno íngreme, poderia causar danos fisiológicos às mulheres. No entanto, a justificativa mais profunda para essa exclusão estava vinculada à cidadania, prerrogativa destinada apenas aos homens guerreiros. Como a cidadania grega implicava a aptidão para a guerra, e essa era uma função negada às mulheres, elas foram igualmente excluídas da vida pública e, por consequência, das competições esportivas, restando-lhes apenas a função de procriadoras dos futuros cidadãos.

Para Romero (2003), a rigidez das restrições é declarada no próprio regulamento dos Jogos Olímpicos da Antiguidade, cujo artigo 5º vedava a presença de mulheres casadas nas arquibancadas, sob pena de morte. Um episódio emblemático desse período foi protagonizado por Calipátira, também conhecida como Calipátida, que, ao disfarçar-se de treinador com o uso de uma túnica, adentrou o estádio para assistir à participação de seu filho Psidoro, competidor na modalidade de pugilato. Após a vitória do filho, Calipátira, movida pela emoção, invadiu a arena para abraçá-lo e acabou sendo descoberta.

Ainda nas palavras do autor, apesar da infração, Calipátira não foi punida, pois pertencia a uma família de tradição olímpica e de grande prestígio no esporte. Contudo, o episódio resultou na proibição do uso de túnicas por parte dos treinadores, como forma de evitar novos disfarces. Posteriormente, com a ascensão do Império Romano e a cristianização da sociedade, o imperador Teodósio banuiu as competições esportivas em 395 d.C., por considerá-las práticas pagãs, o que representou o fim dos Jogos da Antiguidade.

Durante o período da Idade Média, o torneio foi a prática esportiva de maior apelo popular e a que mais atraiu espectadores. Sua origem é incerta, pois enquanto os alemães reivindicam sua criação, os franceses também, porém, não há registros da realização de torneios na Alemanha antes do século XII. As regras foram sistematizadas pelo francês Geoffroy de

Preuilly e, a partir do século XIII, adotadas em larga escala, conferindo-lhe erroneamente a reputação de inventor do torneio, Matoso (1982).

Segundo Arruda (1999), o chamado “Torneio Primitivo” era semelhante a uma guerra em pequena escala: dois grupos, de tamanho variável, enfrentavam-se de sol a sol. Ao final do combate, contabilizavam-se mortos, feridos e prisioneiros — havia vencedores e vencidos, apesar de o objetivo principal não fosse matar ou ferir deliberadamente. Após os confrontos, os participantes costumavam se reunir em banquetes e bailes. O campo de combate era vasto e delimitado por obstáculos naturais, como matagais e barrancos. Havia apenas uma regra respeitada: a existência de um local de refúgio onde os combatentes não podiam ser atacados. Todas as armas eram permitidas (lanças, espadas, maças), e todas as formas de luta eram consideradas legítimas. Os combatentes usavam cotas de malha, elmos ou capacetes de ferro e escudos.

A partir do século XIV, foi criado o denominado “Torneio Moderno”. Apesar de apresentar características lúdicas, continuava provocando vítimas. Empregavam-se armas sem fio, e certos golpes passaram a ser proibidos. Caso os cavaleiros caíssem ao solo, não poderiam ser atacados. Sua proteção individual foi reforçada com o uso de armaduras em substituição às cotas de malha, Aquino; Franco (1980).

Conforme Grifi (1989), os espaços para os combates também foram modificados: o terreno irregular dos torneios primitivos deu lugar aos pátios e praças de armas dos castelos senhoriais. A liça, arena retangular cercada por barreiras, passou a ser o palco oficial dos confrontos, com tribunas para os espectadores e áreas de refúgio para os que estivessem a pé. Os combatentes feridos ou derrubados eram socorridos imediatamente.

O fim dos torneios foi desencadeado pela massiva condenação da Igreja Católica, que, devido à violência e ao crescente número de mortos, passou a negar a sepultamento cristão aos participantes. Além disso, o desgaste do caráter profissional das competições e o teor brutal e temerário que tais eventos adquiriram contribuíram para sua decadência.

As justas, por sua vez, configuravam outra forma de combate corpo a corpo, em que dois cavaleiros, revestidos com armaduras pesadas e protegidos por escudos especiais, investiam um contra o outro empunhando lanças de ferro. Nos estágios iniciais, a meta era derrubar o adversário com o impacto do golpe — por vezes tão violento que atravessava o peito ou a cabeça do justador. Com o tempo, o objetivo passou a ser quebrar a lança contra a armadura ou escudo do oponente. O vencedor era aquele que conseguisse partir mais lanças durante três rodadas, Matoso (1982).

Diante do contexto apresentado, nas palavras de Marinho (1980) não se pode afirmar a existência de uma Educação Física sistematizada na Idade Média, visto que as práticas lúdicas e recreativas, apesar de incluir adultos e crianças, estavam desvinculadas de qualquer preocupação com o corpo como objeto de desenvolvimento. Eram, antes, atividades com fins meramente recreativos e simbólicos.

Durante esse período da história, em conformidade com as ideias de Libera (1990), constatou-se que a participação feminina nas práticas corporais se limitava ao entretenimento, sobretudo como dançarinas e acrobatas, sem qualquer envolvimento com o exercício físico de cunho esportivo. Nos jogos populares com bolas, no entanto, havia alguma participação mista entre homens e mulheres. Entretanto, no século XVII, verificou-se uma significativa regressão dos direitos femininos. As mulheres passaram a ser juridicamente subordinadas aos maridos ou, em caso de solteiras, ao parente homem mais próximo. Esse processo resultou em sua exclusão quase completa das práticas esportivas.

Somente a partir do século XVIII e, de modo mais expressivo, no início do século XIX, as mulheres começaram a ter algum acesso, efetivo, ao esporte. Isso se deve, em parte, ao hábito dos cavalheiros ingleses levarem suas esposas para assistirem aos eventos como boxe, corridas de cavalos e regatas. Aos poucos, as mulheres passaram a participar de modalidades até então consideradas masculinas, como boliche, críquete, bilhar, arco e flecha, além de esportes de inverno, Marinho (1980).

Mesmo com o advento dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, inaugurados em Atenas em 1896, por Pierre de Fredy¹, conhecido como o Barão de Coubertin, a participação feminina continuou a ser marginalizada. Vale destacar que a proposta inicial dos Jogos Olímpicos da Era Moderna consistia em reproduzir, com rigor, a estrutura dos Jogos da Antiguidade Grega, resgatando seus valores, costumes e princípios. Nesse contexto, almejava-se uma equivalência simbólica entre os Jogos modernos e as festividades atléticas da Grécia Antiga, o que implicou

¹Na década de 1890, com o esporte moderno já bastante difundido pela Europa e algumas partes do mundo, um grupo de aristocratas europeus, liderados por Pierre de Coubertin, começaram a se articular em torno da ideia de uma “retomada” dos Jogos Olímpicos praticados na Antiguidade. Para a organização das primeiras Olimpíadas da era moderna em Atenas em 1896 Coubertin, indicou o nome do grego Dimitrios Bikelas, representando o país anfitrião, para o cargo de primeiro presidente do COI e assumiu o cargo de secretário geral. Cumprida a empreitada, Coubertin assumiu a presidência do COI, permanecendo no cargo até 1928. Ao deixar o cargo, continuou como presidente honorário e dedicou-se inteiramente ao trabalho de construção das bases filosóficas do Olimpismo, que considerava uma espécie de religião, mantendo uma forte influência sobre o destino dos Jogos Olímpicos e daquela instituição até sua morte em 1937, segundo Müller, Norbert; Todt, Nelson Schneider (2015) Olimpismo: Seleção de textos. Porto Alegre: Edipers/ Comitê Internacional Pierre de Coubertin.

a exclusão das mulheres enquanto participantes, restringindo-as ao papel de espectadoras na Primeira Edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna.

Contudo, a atleta grega, Stamati Revithi, rebelou-se contra essa limitação. Como forma de protesto, percorreu o trajeto da maratona, o percurso oficial da prova, no dia seguinte, o qual era exclusivo para homens. A atleta completou o percurso em quatro horas e meia, tempo inferior ao registrado por alguns competidores masculinos, ainda que sua participação não tenha sido oficialmente reconhecida pelo Comitê Organizador da época. Sem que seu nome fosse devidamente registrado, os organizadores a identificaram como Melpomene, a Deusa grega da tragédia, privilegiando o simbolismo dramático do episódio em detrimento da relevância do feito esportivo. Embora sua atitude não tenha recebido reconhecimento formal na época, sua iniciativa representou um marco simbólico no processo de inserção feminina nos Jogos Olímpicos, desafiando os valores sociais vigentes e abrindo caminho para futuras conquistas das mulheres no cenário esportivo internacional, Oliveira (2024).

Foi apenas na edição de 1900, em Paris, que as mulheres foram oficialmente admitidas, embora com restrições severas e sob forte resistência social, conforme aponta Pfister (2000, p. 4). Apesar de falhas organizacionais e da ausência de uma diretriz clara por parte do Comitê Olímpico Internacional (COI) quanto à programação dos eventos, algumas modalidades foram, ainda que timidamente, abertas à participação de mulheres. O golfe e o tênis foram incluídos nas categorias femininas, em parte por serem considerados esportes de natureza não violenta, com pouco ou nenhum contato físico, além de se alinharem à estética graciosa associada à figura feminina na época.

Entretanto, para Pfister (2000) há divergências nos registros históricos quanto ao número exato de mulheres que competiram nesse evento. Algumas fontes mencionam 16 ou 17 atletas (sendo sete no tênis e dez no golfe), além da participação feminina em provas mistas de vela, cujos dados quantitativos não foram plenamente documentados. Outras pesquisas indicam a presença de 19 mulheres competidoras, enquanto certos registros apontam até 22, embora sem especificar em quais modalidades se deram essas participações.

De acordo com Oliveira; Cherem; Tubino (2008), essa exclusão se justificava por concepções sobre o corpo feminino, frequentemente considerado frágil, sensível e inadequado para o desempenho físico exigido nas práticas esportivas. A ausência de cidadania formal das mulheres, por não participarem de batalhas e da vida pública, também contribuiu para sua exclusão do ideal atlético vigente.

Naquela ocasião, apenas 12 atletas mulheres participaram das competições. Esse número, ainda que pequeno, representou um marco na trajetória de inserção feminina no

esporte de alto rendimento. Em 1908, nos Jogos realizados na Inglaterra, notou-se um aumento significativo da presença feminina, com a inclusão de quatro modalidades consideradas socialmente prestigiadas: tênis, vela, patinação no gelo e tiro com arco Pfister (2000).

No que tange à momentos simbólicos da trajetória das mulheres atletas nos Jogos Olímpicos, podemos destacar a britânica Charlotte Cooper, reconhecida como a primeira campeã olímpica, apesar de não ter recebido medalha, uma vez que as premiações formais ainda não contemplavam as modalidades femininas. Nos Jogos de Paris, uma integrante da equipe de vela conquistou a medalha de ouro, marco significativo da presença feminina no pódio olímpico. Em Saint Louis, no ano de 1904, a participação feminina restringiu-se a seis atletas na modalidade de arco e flecha, reflexo da ausência de financiamento e incentivo a outras práticas esportivas destinadas às mulheres, Mourão (2003).

Segundo Doro (2012), o território britânico voltou a ser palco de uma conquista marcante para o gênero feminino no cenário esportivo ao sediar, mais de um século depois, os Jogos Olímpicos de 2012. Essa edição foi histórica por permitir, pela primeira vez, que as mulheres disputassem todas as modalidades olímpicas. No entanto, apesar do avanço significativo, a delegação feminina conquistou apenas 30 medalhas de ouro, desempenho inferior ao dos homens, o que evidencia a persistência de desigualdades.

No contexto brasileiro, conforme ressalta Goellner (2006, p.85-100), a inserção das mulheres no cenário esportivo foi ainda mais tardia. Até meados do século XIX, a mulher brasileira era socialmente destinada quase exclusivamente às funções maternas e domésticas, o que limitava drasticamente sua presença em espaços públicos, incluindo os voltados ao lazer e às práticas esportivas. Essa finalidade social, limitada à esfera privada, incluía também um acesso extremamente restrito à educação formal. Enquanto os homens recebiam instrução voltada ao desenvolvimento intelectual e à liderança social, às mulheres era oferecida, na maioria das vezes, uma educação básica e, em muitos casos, nem mesmo a alfabetização era garantida. Esse cenário contribuiu para a perpetuação de um modelo de subordinação feminina, no qual os homens detinham a herança econômica, cultural e o poder de decisão dentro das estruturas familiares e sociais.

Mesmo com o avanço gradual da participação feminina no esporte, muitas modalidades continuaram inacessíveis às mulheres, conforme observam Franzini (2005, p. 321) e outros estudiosos da área. Os argumentos utilizados para justificar tais restrições estavam embasados em uma perspectiva biologicista, que atribuía às mulheres uma fragilidade natural. Especialistas da época alegavam que atividades físicas mais intensas poderiam comprometer a integridade física feminina, sobretudo no que dizia respeito ao funcionamento de seus órgãos

reprodutores, afetando, por consequência, sua principal função social: a maternidade. A ideia de que as mulheres deveriam preservar sua saúde reprodutiva como forma de contribuir com o fortalecimento da nação, por meio da geração de filhos saudáveis, fundamentava a exclusão esportiva. Nesse contexto, as práticas esportivas consideradas “inadequadas” ao corpo feminino foram vistas não apenas como inapropriadas, mas como perigosas e antinaturais.

2.1 Inserção da mulher atleta brasileira nos Universo esportivo e nos Jogos Olímpicos

O processo histórico de inclusão das mulheres atletas no campo esportivo brasileiro e mundial não foi tão expressivo. Apesar desse cenário, o padrão de preconceitos, de barreiras e de conquistas observados pelo mundo também foi replicado no país. Nesse panorama, forjou-se grandes ícones da luta feminina pelo esporte e pela vida.

O pensamento biologicista não apenas orientou normas sociais, como também foi institucionalizado por meio de legislações oficiais brasileiras. Um marco dessa institucionalização foi o Decreto-Lei nº 3.199, de 1941, em vigor durante o Estado Novo, cujo artigo 54 estabelecia que: “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”, (Manhães apud Franzini, 2005, p. 322). Esse dispositivo legal refletia e reforçava os valores patriarcais da sociedade da época, ao restringir formalmente a participação feminina em diversas modalidades esportivas. Durante cerca de três décadas, as consequências desse decreto foram significativas: a ausência de apoio institucional, a retirada de investimentos, a falta de patrocínio e a exclusão das mulheres de competições oficiais limitaram fortemente o desenvolvimento do esporte feminino no Brasil, conforme as ideias do autor.

Ainda que muitas mulheres tenham resistido e continuado a praticar esportes, mesmo que de forma amadora, a reversão oficial desse quadro só ocorreu durante o período da Ditadura Militar, quando o Conselho Nacional de Desportos (CND) revogou o artigo 54. Conforme destaca Goellner (2009, p. 280), esse movimento se inseriu em uma estratégia mais ampla do regime, que passou a investir no esporte como meio de legitimação perante a população.

A trajetória da mulher atleta brasileira, pode ser observada na primeira metade do século XX, no qual o país não contava com um número expressivo de praticantes de atividades físicas, bem como esportivas de qualquer natureza. Sua participação nos esportes e nas atividades físicas iniciou nos clubes, na década de 20, por meio das jovens, normalmente filhas de imigrantes europeus, os quais já apreciavam o valor do exercício físico e por isso as

incentivavam com as práticas esportivas, pois o cenário sociocultural que o Brasil apresentava durante o período ainda era desfavorável para as mulheres, como aponta Peres (2024).

Nesse sentido, cabe uma exposição da importância da participação das mulheres atletas para o esporte feminino brasileiro e sua representatividade nos Jogos Olímpicos conforme a tabela abaixo:

Tabela 1- Equipes Destaques e Principais Colocações das Delegações Femininas do Brasil em Jogos Olímpicos

Ano	Local	Equipe Destaques	Principais Colocações
1932	Los Angeles	Natação‡	-----
1936	Berlim	Natação e Esgrima	-----
1948	Londres	Natação e Esgrima	-----
1952	Helsinque	Atletismo e Natação	-----
1956	Melbourne	Saltos Ornamentais em plataforma	-----
1960	Roma	Atletismo	-----
1964	Tóquio	Atletismo	4º lugar
1980	Moscou	Vôlei, * Atletismo, Ginástica Artística e Tiro com Arco	-----
1984	Los Angeles	-----	-----
1988	Seul	Judô	-----
1992	Barcelona	Basquete**	-----
1996	Atlanta	Vôlei de Praia**	Ouro e Prata no Vôlei de Praia; Prata no Basquete* e Bronze no Vôlei**.
2000	Sydney	Homenagem aos 100 de participação feminina nas Olimpíadas†	Bronze no Basquete e no Vôlei; Prata no Vôlei de Praia.
2004	Atenas	Maior Participação Feminina††	Prata no Vôlei de Praia e no Futebol; 5º, 12º, 16º lugares na Ginástica Artística e Taekwondo com a 4ª posição.

Fonte: Oliveira G, Cherem EHL, Tubino MJG. A inserção histórica da mulher no esporte. R. bras. Ci e Mov. 2008; 16(2): 117-125.

‡Destaque para Maria Lenk, primeira mulher a representar o Brasil e a América do Sul com 17 anos; *Primeira participação e como convidado; **Primeira participação; #Equipe campeã do mundial da categoria 2 anos antes; ##Equipe campeã do mundial da categoria no ano anterior; †Sandra Pires (medalha de ouro na olimpíada anterior) leva a bandeira brasileira durante a cerimônia de abertura; ††Com 122 mulheres e 125 homens².

2.2 Mulheres trans e a inclusão no Esporte Profissional mundial e brasileiro

As relações de gênero e a participação de pessoas trans² no campo esportivo, promove, efetivamente, discussões e opiniões divergentes que vão além das quadras, das piscinas, dos ringues, em outras palavras, estão em diversos setores da sociedade.

Para isso, é necessário compreender que gênero não é uma conceituação resultante do sexo, porém um constructo originário de complexas construções sociais, discursos institucionais, políticas estatais, práticas críticas e epistemologias, com base nas ideias de Lauretis (1987) e Preciado (2017, p. 151). O termo gênero, sobretudo, nas pesquisas sobre gênero, abrange pessoas: mulheres; homens; intersexuais; transexuais; agêneros; entre as demais diversidades sexuais, conforme os estudos de Butler (2018). De acordo com esse contexto:

o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/ cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-requisito”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre o qual age a cultura (Butler, 2018, p. 27).

No campo da categoria gênero, a temática desse pequeno, porém importante, fragmento da pesquisa envolve as pessoas trans, especificamente, as mulheres atletas trans. Para dar prosseguimento no estudo, é necessário entender que no decurso da Guerra Fria, desencadeou-se uma distinção política-ontológica entre pessoas cisgênero³ e transgênero⁴, especialmente a utilização das nomenclaturas cis e trans, sabendo que esses dois status de gênero biopolítico são tecnicamente produzidos, pois ambos dependem de métodos de (re)conhecimento visual, de (re)produção performativa e de controle morfológico comuns, conforme Preciado, (2018, p. 137).

Apesar de cada pessoa adotar uma transgeneridade de forma individualizada, trata-se de um fenômeno social e coletivo, pois transgredir regras de gênero está relacionado com o

² A utilização do termo pessoas trans tem a intenção de incluir as identidades não-cisgêneras como mulher trans, homem trans, não-binária, travesti, transgênera, transsexual, entre outras. Sua opção está em conformidade com teórico (a) no tema como Coacci (2018) e Vergueiro (2015).

³ Classificação, apontada, neste estudo por Preciado (2018), que significa pessoa a qual mantém o gênero atribuído no nascimento.

⁴ Classificação, apontada, neste estudo por Preciado (2018), que significa pessoa que se utiliza de tecnologias (i.e., hormonais, cirúrgicas, jurídicas, identitárias), para modificar o gênero atribuído no nascimento.

rompimento de um código sociocultural e jurídico rigoroso. Sendo assim, no Brasil, ser uma pessoa transgênera é “ser um não-ser”, isto é, uma pessoa não reconhecida pela institucionalidade, conforme declara Lanz (2016, p. 206).

Com a criação do Comitê Olímpico Internacional (COI), em 1894, e a primeira Edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, em 1896, as mulheres não foram autorizadas a participar. A inclusão das mulheres atletas nos Jogos Olímpicos somente ocorreu a partir de 1900, com a criação das categorias femininas em jogos e as regulações da feminilidade. Posto isto, as regulações de gênero no campo esportivo, analisado criticamente sob o ponto de vista de Butler (2018), o sexo não é natural ou biológico, mas o produto de uma complexa construção social que atribui a determinadas partes do corpo, em detrimento de outras, como incontestavelmente sexuais, a exemplo das genitálias, e as identificam como pertencentes aos núcleos naturais da própria diferenciação sexual.

Somente no ano de 2003, o COI possibilitou que as mulheres atletas trans pudessem competir, sob a condição de que realizassem a cirurgia de readequação genital. Em 2009, houve uma investigação pública sobre o caso do hiperandrogenismo⁵ da atleta sul-africana, detentora de dois ouros olímpicos e quatro pódios mundiais das provas meio fundo (800m e 1500m) do atletismo, Caster Semenya⁶. Apenas em 2015, as cirurgias de redesignação de sexo deixam de ser obrigatórias, apesar de o requisito de conservação do nível de testosterona em até 10 nmol/l por litro de sangue para mulheres atletas trans ser mantido.

Nos estudos da história esportiva brasileira, a relação entre gênero e esporte ocorreu a partir da década de 1980, com apontamentos críticos sobre as construções temporais, políticas e históricas da saúde, beleza e desempenho associadas aos gêneros. Evidenciou-se que “a naturalizada aceitação do esporte como um campo de reserva masculina justifica-se não pela

⁵ De acordo com Anu Sharma; Corrine K Welt (2022) o hiperandrogenismo é, portanto, qualquer estado com produção excessiva de hormônios "masculinos", embora esses hormônios sejam normalmente encontrados em mulheres em níveis mais baixos. O hormônio clinicamente mais relevante no hiperandrogenismo é a testosterona, que é convertida periféricamente em di-hidrotestosterona (DHT), sua forma biologicamente ativa.

⁶ Na época, o Órgãos internacionais esportivos, tais como a International Association of Athletics Federations (IAAF), advogam que a testosterona (mesmo que naturalmente produzida) proporciona aumento de força, massa muscular e recuperação física. Esses argumentos levaram à proibição da participação de Caster Semenya e da velocista indiana Dutee Chand entre 2009 e 2015 em competições internacionais, por considerarem que elas infringiram regras de hiperandrogenismo (Atleta indiana..., 2015). Os casos exemplificados de Semenya e Chand levantam questões éticas, científicas e legais sobre bio-mulheres não brancas, com aparência física forte, e provenientes de países orientais, historicamente considerados pobres e não desenvolvidos. Felizmente, e por um recurso ainda não julgado na IAAF, ambas participaram dos Jogos Olímpicos Rio 2016, Camargo; Kessler (2017, p. 215-216)

biologia dos corpos de homens e mulheres, mas por aspectos sociais, culturais e históricos.” (Goellner, 2013, p. 48).

No que concerne à participação das mulheres atletas trans no Brasil, a pioneira foi Tiffany Abreu, do vôlei feminino. Em decorrência das regras do COI, até o ano de 2014, a atleta teve que manter sua identidade masculina. Após a alteração das regras, em 2015, Tiffany pode assumir sua identidade feminina e obter autorização da Federação Internacional do Voleibol (FIVB) para participação na modalidade feminina, com base em Garcia; Pereira (2019, p. 2-3). Sob outro ponto de vista, a participação da atleta, após assumir sua identidade como mulher trans e atuar na liga feminina do SESI /Vôlei Bauru, em 2017, não esteve isenta de discriminação no país, atraindo assim, a atenção da mídia digital esportiva além dos sites de veículos de comunicação tradicional digital, conforme Garcia; Barbosa (2020, p. 3).

2.3 The First round, breve histórico das mulheres no Boxe

Reconhecido como uma prática esportiva e corporal que tem como uma de suas principais características o emprego de níveis elevados de força, de potência e de agilidade, como modalidade olímpica, o boxe cativa pela dinâmica de suas provas, nos quais os corpos são levados ao seu limite para conseguir a vitória em um menor número de *rounds*.

Segundo a Confederação Brasileira de Boxe (CBB), o registro da primeira atividade de pugilismo, por assim dizer, aconteceu no Egito, por volta de 3000 a.C. Os lutadores encontravam-se nus e o evento fazia parte das festividades do rei. A contar desse momento, o boxe evoluiu ao longo do tempo até que, em 688 a.C., tornou-se uma modalidade olímpica a partir da edição dos Jogos Olímpicos da Antiguidade que ocorreu em Olímpia, na Grécia. Onosmastos de Esmirna entrou para a história do Boxe ao se tornar o primeiro campeão de Boxe dos Jogos Olímpicos. A partir da inclusão do Boxe nos Jogos Olímpicos da Antiguidade, há mais de 2.600 anos a nobre arte permanece no programa olímpico, Wacquant, (2002).

A primeira competição de Boxe nos Jogos Olímpicos da Era Moderna aconteceu na edição de 1904, em St-Louis (EUA), com sete categorias de peso. Anos depois, representantes das confederações nacionais de Brasil, Inglaterra, França, Bélgica e Holanda se encontraram em uma conferência com o objetivo de discutir sobre a criação de uma federação internacional de Boxe. No ano de 1920, durante a realização dos Jogos Olímpicos de Antuérpia, na Bélgica, foi criada a Federação Internacional de Boxe Amador (FIBA). Esse foi um marco importante para o Boxe Olímpico na medida em que possibilitou o desenvolvimento rápido das competições internacionais, ampliando o horizonte dos atletas a partir da criação de

competições que contaram com a participação de equipes de diversos países do mundo, Silva (2015).

No ano de 1946, a FIBA foi dissolvida e a Associação de Boxe Amador inglesa se uniu com a Federação Francesa de Boxe (FFB) para criar a Associação Internacional de Boxe Amador (AIBA). A entidade regulou por mais de 60 anos as mais importantes competições internacionais de Boxe Olímpico, incluindo nas edições dos Jogos Olímpicos.

Com relação ao boxe feminino, surgiu em Londres, em 1720, e as mulheres atletas demonstraram que poderiam participar da modalidade, até os Jogos Olímpicos de 1904, quando o boxe feminino apareceu como demonstração. Nesse mesmo ano, o boxe masculino se integra às olimpíadas, porém a categoria feminina foi recusada. O boxe feminino foi proibido em diversos países durante o século XX, mas as primeiras lutas só foram organizadas em 1950. No final do século XX, a Associação Internacional de Boxe Amador (AIBA) aceitou o combate feminino, e em 1999 foi realizada a primeira luta de uma mulher que teve um homem como adversário, Silvini (2017).

A boxeadora Margaret Macgregor teve uma vitória bem tranquila em cima da canadense Loi Chow, por pontos em Seattle, no estado de Washington. No mesmo ano foi realizado a Copa Europeia para mulheres, já em 2001 o boxe feminino teve o seu primeiro campeonato Mundial de boxe, e nesse mesmo ano, a nobre arte (boxe) feminina ganhou notoriedade internacional com a luta de Laila Ali vs Jacqui Frazier Lyde filhas de grandes rivais Muhammad Ali e Joe Frazier Diário do Grande ABC, (10 out 1999).

Com base nessa constatação, sobre a discrepância histórica da participação feminina no boxe Olímpico, procuramos refletir sobre os significados e tensionamentos que esses corpos musculosos, vigorosos e fortes operam nos padrões de gênero e feminilidade. Refletir sobre as relações de gênero e as construções de feminilidades da mulher atleta do boxe profissional passa pela compreensão, embora que parcial, da complexidade simbólica presente nas narrativas das mídias esportivas digitais, uma vez que a dimensão organizativa é imprescindível ao funcionamento normativo, de acordo com Dornelles (2013).

2.4 Mulher atleta e a estigmatização de seu corpo

Em conformidade com as ideias de Devide (2005), o esporte, tradicionalmente, foi retratado como uma prática hegemonicamente masculina, que excluiu e (ou) destinou espaços distintos para serem ocupados pelas mulheres atletas. Esse cenário evidenciou-se a partir da construção social que temos da mulher, que inclui uma maternidade compulsória, de uma sensibilidade e do dever de se dedicar aos afazeres do lar.

Posto isto, algo que exige força física, treinamentos intensos e vigorosos, como o esporte de alto rendimento, historicamente não foi considerado como uma prática apropriada ao corpo feminino. Nos dias atuais, o esporte é classificado como um fenômeno social de grande dimensão e visibilidade, que faz parte da vida de várias pessoas, como aponta Goellner (2004). Todavia, o pertencimento ao gênero feminino, tem sido um território de demarcações identitárias, e utilizado para impedir ou dificultar a participação das mulheres em diferentes modalidades esportivas.

Tradicionalmente, algumas modalidades eram destinadas ao sexo feminino ou ao masculino, às meninas ou aos meninos, às mulheres ou aos homens, dessa forma os esportes foram sendo gentrificadas, conforme Jaeger (2006). A participação das mulheres atletas em modalidades esportivas, a priori masculinas, como o boxe, futebol, levantamento de peso, entre outras, não feminiza esses espaços, o que se observa é justamente o contrário, os valores e as características fisiobiológicas masculinas são desenvolvidas pelas praticantes das modalidades esportivas, reafirmando assim a ideia de que as mulheres tendem a se virilizar em determinados espaços esportivos Rial (2000).

Segundo Mourão (2002 apud Ferretti e Knijnik, 2009), mulheres que praticam esportes, culturalmente destinados aos homens, são rotuladas de masculinas, podendo sofrer algum tipo de preconceito. Por outra perspectiva, Teixeira Jr. (2009 apud Santos e Bandeira, 2009) destaca que as mulheres atletas reúnem esforços para enfatizar que o esporte de alto rendimento é condizente, também, ao corpo feminino.

Conforme as ideias de Kolnes (1995), o público, apesar de esperar por performances esportivas talentosas, rápidas e que exigem força, destreza, agilidade, entre outras, reconheceria também nessas mulheres atletas como não femininas, forçando-as a desenvolverem aspectos padrões corporais femininos antes, durante e depois da competição, deixando de lado muitas vezes os aspectos esportivos propriamente ditos, frustrando e desanimando as mulheres atletas que não querem (re)produzir ou não querem alcançar os padrões heteronormativos de feminilidade exigidos pelo público e pela mídia.

Em busca de um arcabouço historiográfico brasileiro relacionado ao esporte e gênero, Goellner (2012) destaca que o esporte não é sexuado, pois seria praticado por ambos os sexos. Partindo desse pensamento e sua aplicabilidade no campo das representações corporais, a generificação esportiva deveria ser algo inconcebível, segundo a autora. A classificação binária das modalidades esportivas fica evidenciada na separação das categorias em masculino e feminino, apoiada na interseção das narrativas médico e esportivo, com seus testes de feminilidade e antidoping, conforme Silveira (2013).

Nessa perspectiva, cabe às mulheres atletas se adequarem ao polo que lhes foi atribuído discursivamente, buscar competir entre seus pares biológicos. A transição entre esses extremos binários é problemática e deve ser constantemente policiada. Um ponto fundamental dessa exigência é que a sexualidade também é interpretada na aparência, isto é, no corpo. Dessa forma, ofender as mulheres atletas que não se enquadram nos padrões heteronormativo, assim como estereotipar as mulheres atletas descritas não femininas como lésbicas, por exemplo, demonstra que o sexo é situado como gênero e como este se situa como sexualidade.

Esses insultos expressam uma oposição às mulheres atletas que não possuem uma aparência de gênero dita apropriada, segundo as normas de padronização heteronormativas. Além disso, a ausência desse padrão de feminilidade é presumida como um significante de lesbianidade, o que nem sempre está correlacionado com a performance de feminilidade heteronormativa. As mulheres atletas que desenvolvem seus músculos e sua força para desempenhar suas funções específicas nas modalidades esportivas as quais estão inscritas, defrontam-se com a ameaça da virilização e da masculinização de seus corpos.

Não obstante, essa preocupação com a (des)feminização de seus corpos pode levar algumas mulheres atletas a reiterar, a todo o momento que, de fato, independente do esporte que praticam, precisam manter um certo padrão de feminilidade heteronormativa. Esse comportamento pode ser observado nas roupas, nos acessórios e nos penteados utilizados para as práticas esportivas, que estão relacionados a uma atratividade heterossexual, reiterando assim a perspectiva de que a mulher atleta, para manter-se como padrão, não deveria abandonar suas características preconizadas como “femininas”.

Conforme Fausto-Sterling (2001; 2002), a decisão quanto a verdadeira feminilidade das mulheres atletas olímpicas, até o ano de 1968, era por meio de um desfile, nuas, perante uma banca de examinadores. A contar dessa data, diversos testes científicos foram criados e realizados, a fim de comprovar a identidade feminina das competidoras. No entanto, a autora segue argumentando que essa prova se fazia (e se faz) necessária, acima de tudo, em função das concepções de gênero existentes na sociedade.

As práticas esportivas são um espaço de disputas de poderes e saberes que definem padrões de normalidade sobre a aparência dos corpos, o exercício da sexualidade e as representações de gênero, conforme abordam Grespan; Goellner (2014). As autoras expõem os processos discriminatórios enfrentados por atletas profissionais que subvertem as normas de gênero e sexualidade.

Os sistemas de violências simbólicas buscaram, em última instância, readequar esses corpos divergentes às normas do sistema operante com relação ao sexo, ao gênero e à

sexualidade. Diante do exposto, podemos notar que as atletas de alto rendimento adquirem, com sua vivência esportiva, marcas corporais expressas em forma de volume, músculos e força, o que tenciona a representação de feminilidade heteronormativa social padronizada, no qual essas marcas corporais seriam indesejáveis.

As justificativas relacionadas à masculinização da mulher atleta são fundamentadas em uma ideia superficial sobre gênero, de acordo com a qual, cada gênero teria um papel específico na sociedade, e que essa função social os definiria. Posto isto, pressupõe-se que haja uma essência feminina e (ou) masculina imutável e que seria considerada inerente ao ser humano, conforme Goellner (2005). Uma das maneiras que a mídia esportiva utiliza para reforçar a soberania patriarcal, de acordo com Fink (2015), é ressaltando a feminilidade de mulheres atletas, bem como sua heterossexualidade, gerando um efeito que degrada e subestima suas conquistas no esporte.

Essa tática de classificar as mulheres atletas como masculinizadas, não femininas, ou homossexuais é uma maneira subconsciente de estabelecer as práticas esportivas com eminentemente masculinas, em outras palavras, inapropriadas para mulheres, segundo Altmann (2017). Ainda segundo as palavras da autora, com o passar dos anos, houve um rompimento das ideias pré-concebidas e dos saberes que constituíam o corpo da mulher como frágil e tendo a maternidade como sua principal função. Dessa forma, as mulheres estariam inaptas às práticas esportivas. Segundo os estudos da autora, ao comparada aos homens, ainda há um menor número de mulheres atletas profissionais e a visibilidade das atletas de alto rendimento na mídia esportiva poderia contribuir para a criação de uma referência feminina às práticas esportivas, de maneira geral. Porém, ainda há uma supremacia masculina nessa área.

Na sociedade contemporânea o domínio do corpo é expresso, nas palavras de Le Breton (2003), por meio do seu julgamento e de sua classificação. A partir de padrões e referências, das normas, valores e ideais da cultura Louro (2013). Essas características que hierarquizam, aperfeiçoam, transformam, docilizam e definem a aparência dos corpos são, segundo Foucault (1987), marcas de poder, concebido pelo autor como inerente às relações sociais dos sujeitos. Esses micropoderes são difusos, continuamente alterados e subvertidos.

As práticas esportivas são um espaço de disputas de poderes e saberes que definem padrões de normalidade sobre a aparência dos corpos, o exercício da sexualidade e as representações de gênero, conforme abordam Grespan; Goellner (2014).

As autoras expõem os processos discriminatórios enfrentados por atletas profissionais que subvertem as normas de gênero e sexualidade. Os sistemas de violências simbólicas buscaram, em última instância, readequar esses corpos divergentes às normas do sistema

operante com relação ao sexo, ao gênero e à sexualidade. Assim, as atletas de alto rendimento adquirem, com sua vivência esportiva, marcas corporais expressas em seus corpos volumosos, musculosos e fortes, o qual tenciona a representação de feminilidade padronizada, em que essas marcas corporais seriam indesejáveis.

Esse processo de modificação corporal vivenciado pelo esporte pode ser concebido como transformações de gênero. As mulheres atletas percebem que os significados atribuídos aos seus corpos foram modificados e estão em constante transformação, ao mesmo tempo que intimidam, fascinam; repulsam, atraem; tornam-se contraditórios e desprezáveis. Esse desprezo desperta emoções que estão relacionadas à valoração que dependem de específicos contextos de produção de sentidos dos antagonismos, em outras palavras, a emoção básica em relação ao desprezível é a estranheza e a repugnância Figari; Díaz-Benítez (2009).

Ainda conforme o entendimento das autorias, o repulsivo pode ser contagioso, poluir, algo a ser evitado, considerado sujo, isto é, matéria fora do lugar. Essa matéria fora do lugar concretiza-se pela percepção de que as mulheres atletas têm de seus corpos músculos, volumosos, fortes, técnica precisa no manuseio dos implementos da modalidade, a disciplina durante os treinos intensos. Isso desvenda a desarmonia de seus corpos, quando são colocados em comparação aos corpos de outras mulheres com as quais essas atletas se interrelacionam em seus espaços de sociabilidade. Nesse contexto, no esporte de alto rendimento, o gênero e a identidade de gênero são construídos sobre o corpo.

Em conformidade com as ideias de Goffman (1988), as identidades virtuais e sociais reais são parte dos interesses e das definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão. Assim sendo, essas mulheres atletas manipulam suas identidades sociais reais como uma forma de adoção de Estratégias que as distanciam da identidade virtual de atletas musculosas e virilizadas, que se apresentam como estigmatizadas. Nesse sentido, essas técnicas de ocultamento de símbolos de estigma decorrem simultaneamente de um procedimento relacionado ao uso de desidentificadores, em concordância com o autor: o estigma e o esforço para escondê-lo, encobri-lo ou amenizá-lo fixam-se como parte da identidade dos sujeitos Goffman (1988, p. 76).

As narrativas, de forma geral, apresentam métodos discursivos de resistência aos processos discriminatórios referentes à escolha da modalidade esportiva. Ao corporificar os aspectos identitários de atleta, essas mulheres performam dinâmicas de inconformismo e resistência, inadequação e subversão desses discursos heteronormativos.

No meio esportivo de alto rendimento, as mulheres atletas são alvo de acusações de virilidade e dúvidas quanto à sua sexualidade, explicitando assim que a identidade sexual está

estritamente relacionada à desigualdade de gênero e ambas estão imbricadas à cultura esportiva por meio do corpo.

Além de terem que desempenhar uma performance excepcional, precisam comprovar que são mulheres, isto é, questionam sobre sua sexualidade. As mulheres atletas são submetidas a uma sexualização normativa e a uma intensa pressão para performarem uma aparência feminina, conforme aborda Messner (2002).

Apesar do interesse na masculinização do corpo da mulher atleta ser uma temática contemporânea, intensificou-se com o advento da Guerra Fria. No Leste Europeu, a participação das mulheres no esporte foi mais promovida que nas nações do Oeste, pois era considerada como parte de um projeto de mudança social, formulado e mantido pelos líderes da política de Estado, segundo Guttman (1984).

Os corpos das mulheres atletas comunistas estavam a serviço de suas nações pela busca da glória esportiva internacional. A propaganda comunista foi difundida por meio do esporte que vigorava na celebração de atletas fortes e musculosas, heroínas e ícones dos países do Leste Europeu, nas palavras de Lenskyj (2008).

Os músculos representam masculinidade, força e estão diretamente associados aos homens, não sendo considerados como atributos femininos. O padrão de corpo feminino na sociedade contemporânea seria não apenas magro, mas também tonificado moderadamente e bem torneado. Consequentemente, a mulher que desenvolve músculos e força enfrenta o risco da masculinização, bem como da virilização, como sugere Bordo (1993).

Essa preocupação com a masculinização da mulher atleta pode ser compreendida como um controle da gentrificação no esporte para que não se rompa os padrões estabelecidos pela sociedade que estão relacionados com sexo-gênero-sexualidade, plenamente adequado ao padrão heteronormativo.

Segundo a análise da antropóloga Vance (1995), o corpo que parece natural, na verdade, é resultado de um longo processo de aprendizado sobre como agir, se comportar e desenvolver uma identidade de gênero adequada aos padrões heteronormativos sociais. Por meio de sua pesquisa podemos compreender como são construídos socialmente, e especificamente no esporte, os corpos de mulheres atletas, bem como seus signos. Nesse contexto, a autora explicita: [...]o que parecia ser um corpo marcado naturalmente pelo gênero era um produto na verdade mediado por uma persistente socialização com respeito aos padrões de beleza, linguagem corporal e maquiagem (Vance, 1995 p. 11).

Assim sendo, o esporte de alto rendimento exige um desempenho relacionado ao condicionamento físico global e específico e, por isso, haja uma preocupação de que as atletas

mulheres possam se masculinizar, uma vez que a feminilidade convencional, preconizada pela sociedade contemporânea, não incorpora um corpo virilizado e musculoso. Dito de outra forma, as mulheres atletas, em função do desenvolvimento da força e dos músculos, assumem atributos do sexo masculino extrapolando as normas do seu sexo biologicamente determinado.

Diante dessa circunstância, Camargo e Kessler (2017), questionam se essa normatividade estabelecida no meio esportivo, estariam atrelada aos conceitos de feminilidade e de masculinidade como concepções políticas vigentes no campo esportivo, bem como objetos de validação de visibilidade para a mídia esportiva mainstream (TV, internet, jornais e rádios voltados para o grande público e com acesso gratuito), pois o padrão que não se enquadra nas modalizações de normalidade tem sua visibilidade midiática marginalizada.

Ainda em conformidade com os autores, uma problemática relevante, que é a da composição de um universo esportivo masculinizado que não exerce distinção quando se trata dos considerados não-masculinos.

Essa prática se efetiva com a marginalização dos diferentes, dos divergentes e com a formação de subcategorias, que são subjugadas sob todos os aspectos, competitivas, pretensamente incluídas, mas que, na verdade, são eficazmente deslegitimadas. Perante o exposto, surge a seguinte questão: por que debater sobre um processo de masculinização das mulheres atletas? Porque nesses julgamentos são amalgamados ao gênero e ao sexo dessas mulheres, que são classificadas por suas diferentes morfologias, pelos efeitos de substâncias dopantes e/ou por seus modos de vida e de sexualidade que, em tese, estariam fora das normas sociais.

Em outras palavras, é sobre a constituição biológica das mulheres que se estabelece a narrativa da fragilidade feminina, além do processo de proibições e recomendações para os sexos que o território do esporte se estabelece.

Os corpos e as imagens de algumas mulheres atletas rompem com esses padrões de feminilidade heteronormativa, sobretudo por suas aparências. O “ser feminina” está atrelado a mulher ser constantemente reduzida a ser compreendida como frágil, vulnerável, indefesa etc. Em uma sociedade na qual as normas de padrões corporais são massivamente midiaticizadas, as aparências e atividades das mulheres são possíveis e desejáveis na medida em que se mantêm a definição dominante de feminilidade. Não obstante, algumas mulheres atletas constituem uma desordem na categorização do sexo porque rompem com essas regras sociais assumindo suas musculaturas e sua força, e dessa forma estabelecendo novas perspectivas de feminilidades.

Por isso, o esporte pode ser entendido tanto como um espaço de manutenção da ordem de gênero, particularmente legível nos corpos, quanto, um território de resistência e (ou)

subversão desta mesma ordem. A participação das mulheres em grandes eventos esportivos, fez com que os veículos de comunicação começassem a noticiar a presença dessas competidoras. Entretanto, nota-se que não é dada a mesma visibilidade nos veículos de comunicação às mulheres, comparando-se ao espaço dado aos homens.

Nas palavras de Romero (2004 apud Kane e Parks, 1992), o esporte pode ser classificado como uma instituição que (re)produz comportamentos patriarcais, que evidenciam uma suposta hegemonia masculina.

Além do mais, a autora enfatiza a ideia de que os responsáveis pela veiculação das matérias sobre esporte nas mídias esportivas digitais ressaltam as diferenças fisiológicas entre os sexos, na maioria das vezes, revelando a graciosidade e a fragilidade da mulher e destacando a força muscular e as conquistas do homem. Os eventos esportivos de grande porte, em especial os Jogos Olímpicos da Era Moderna, ultrapassam a esfera esportiva para se transformarem em verdadeiras arenas de marketing e de acordos econômicos intermediados pelo discurso esportivo. Sob a sustentação dessa argumentação, as mídias esportivas digitais assumem uma posição de destaque na difusão das informações, das ofertas de produtos, da divulgação dos resultados, da exploração de escândalos e demais situações que ocorram ao longo dos Jogos Olímpicos, operando diretamente na formação de opiniões.

A presença da mídia esportiva digital e sua cobertura ininterrupta do universo esportivo geram, em concordância com as ideias de Thompson (2004), uma sensação de espetacularização da vida social, na qual tudo pode ser noticiado. Nesse contexto, o fenômeno do esporte, que hoje pode ser considerado como uma linguagem universal espetacularizada por meio dos grandes eventos, bem como dos interesses políticos e econômicos que atuam como pano de fundo em sua construção social.

Além disso, as mídias esportivas digitais desempenham um papel importante na manutenção do *status quo* do sexo masculino como central no esporte de alto rendimento, (re)produzindo assim, as relações e os papéis de gênero apreendidos pela cultura heteronormativa hegemônica. Conforme destacam Moreira e Silva (2008), a possível masculinização do corpo feminino, por meio do esporte, é uma ideia incorporada e disseminada, inclusive, pela mídia esportiva digital, especialmente nos períodos de grandes eventos esportivos, como na Edição dos Jogos Olímpicos, são expostos ao grande público, por meio das coberturas midiáticas, determinados ideais comportamentais e estéticos preconizados pela sociedade, segundo Sanfelice (2007).

Ainda segundo o autor, devido ao esporte ser considerado um fenômeno midiático e desenvolver uma relação entre produção e consumo, conseqüentemente, pode haver o consumo

de padrões, ideais, conceitos, pontos de vista relacionados aos comportamentos esportivos, estendendo-se às mulheres atletas de alto rendimento.

Dessa maneira, a promoção da feminilidade heteronormativa como única performance legítima, a crítica e a obliteração das mulheres que não performam essa feminina matriz, também têm o efeito de controle heteronormativo nas expressões de gênero das mulheres atletas. Todo esse comportamento pode ser observado na forma como as mídias esportivas digitais tratam seus corpos. Posto isto, não se pode deixar de considerar a função da mídia esportiva digital na execução e manutenção desse controle-estimulação. Tratando-se do corpo feminino, em específico, Del Priore (2009, p. 15) afirma que [...] mais do que nunca a mulher sofre prescrições. Agora não mais do marido, do padre ou do médico, mas do discurso jornalístico e publicitário.

Andrade, S. (2003, p. 108), sugere pensar a mídia esportiva digital como uma instância pedagógica que atua no meio social ensinando aos corpos femininos e masculinos, adultos e infantis, formas de se comportar e de se relacionar com as pessoas e com o mundo. De acordo com Fabrício (2004), a mídia esportiva digital seria uma dessas instâncias pedagógicas na medida em que os ensinamentos (re)produzidos e produzidos pelas instâncias midiáticas conformam determinados tipos de corpos como ideais, privilegiando certos repertórios de conduta e gerando parâmetros de normalidade (re)produzidos no binômio padrão versus divergente.

Quatro formas de as mídias contemporâneas tratarem as mulheres atletas em suas notícias, são abordadas por Messner (2002), a primeira compreende, habitualmente, os esportes coletivos televisionados, falando pouco sobre a presença das mulheres nos esportes individuais; a segunda a mídia retrata as mulheres atletas como mais atrativas quando performam uma heterossexualidade hegemônica, isto é, que destacam sua feminilidade e sua maternidade. A cobertura da mídia esportiva digital concentra-se nos tradicionais papéis femininos de família e maternidade, sendo o esporte a segunda realização das atletas.

Como terceiro ponto, Messner (2002) afirma que a mídia esportiva digital (re)afirma o domínio dos homens no ambiente esportivo por meio de ataques verbais contra atletas mulheres bem-sucedidas. E, por último, incorpora a cobertura de alguns atletas excepcionais, a fim de disfarçar as desigualdades existentes na cobertura midiática das mulheres atletas.

A mídia esportiva digital descreve essas mulheres atletas de uma forma que propicia valores estéticos heteronormativos como padrão, bem como única forma de ser feminina. Em conformidade com as ideias de Bordo (1993), as mulheres atletas que desenvolvem músculos,

isto é, o peso insustentável bem como a força enfrenta o risco da virilização e da masculinização de seus corpos.

Diante do exposto, podemos sugerir que essa preocupação com uma masculinização da mulher atleta visa um controle da heteronormatividade no esporte para que não se rompa com esse padrão relacionado ao sexo, ao gênero e à sexualidade, que promova uma ordem no meio esportivo que é exclusivamente heteronormativo.

Em um estudo publicado por Mühlen e Goellner (2012) apresentaram os resultados de uma pesquisa que foi desenvolvida em 2008 durante a realização dos Jogos de Pequim, que procurou reconhecer as representações sobre a feminilidade e a masculinidade na cobertura dos Jogos realizada pelo portal de notícias digital Terra.

Na ocasião, as pesquisadoras identificaram duas categorias principais que serviam como pano de fundo para a construção do gênero das (os) atletas, a saber: as (os) superatletas, que foram concebidos a partir de suas vitórias, delineando, assim, a imagem da (o) atleta como aquele que supera obstáculos e alcança a vitória pela superação; e as musas e musos, que tinham a ênfase em sua beleza a qual era associada entre prática esportiva e saúde.

Na atualidade, as mudanças de ordem econômica, cultural, social e política passam a produzir um sentimento de deslocamento que impacta na maneira como as pessoas se percebem no mundo e como constroem suas identidades sociais. Diante desse cenário, é necessário reconhecer que as práticas discursivas assumem um caráter modificante nesse panorama de grandes transformações.

Cada vez mais a linguagem está sendo utilizada de forma estratégica em diversos campos da vida social, como na política, no trabalho e na mídia, segundo Fabrício (2004). Por isso a relevância dos estudos sobre impacto da mídia na constituição de repertórios simbólicos que contribuem para a construção das identidades sociais.

Em sua obra Elias; Dunning (1995) desenvolveram uma teoria da função dos esportes na sociedade moderna. Compreendem o esporte como um instrumento de regulação e gerenciamento das emoções e dos afetos que exercem uma função importante no cotidiano das sociedades modernas. Por viverem em sociedade, os humanos necessitam controlar e impor restrições aos seus impulsos de forma espontânea. Na concepção elisiana, o fenômeno esportivo desempenha o papel de produzir satisfação, caso as pessoas envolvidas fossem capazes de controlar seus impulsos afetivos, libidinais e sociais de maneira espontânea. Isso significa que o êxito da sociedade dependerá, até certo ponto, de um autocontrole individual.

Apesar dos diferentes tipos de entendimento entre os autores sobre o esporte, existe a compreensão de que o esporte moderno é um fenômeno social, econômico e político seja

representado como cultura corporal de movimento, seja como mecanismo de controle das emoções. Devido ao crescimento da participação de mulheres atletas em eventos esportivos de grande expressividade, como os Jogos Olímpicos, Jogos Panamericanos, World Leagues, Grand Slam, entre outros, esse crescimento vem implicando em um maior interesse da população a esses eventos.

Para acompanhar esse interesse da população, Guedes (1998) nos traz um parâmetro com relação a um movimento crescente, pelo menos parte da mídia esportiva digital especializada, no sentido de ampliar e qualificar a cobertura desses eventos. A fim de analisar esse fenômeno, e principalmente para destacar os aspectos de gênero envolvidos nesse processo, é necessário salientar duas questões centrais. Primeiramente, é necessário reconhecer que “caso a imprensa esportiva, especificamente a mídia esportiva digital, sem dúvida cria o seu público, ela não o faz por um ato de magia, mas catalisando de modo eficiente os temas que interessam a ele” (Lopes, 1994 apud Guedes, 1998:47).

De maneira secundária, é necessário destacar que esse público não seria homogêneo, em especial, aqueles cuja audiência volta-se aos grandes eventos esportivos. Diante desse contexto, é possível identificar o estabelecimento de diversas formas de interlocução entre os segmentos específicos da mídia esportiva digital com determinados públicos.

Segundo aponta Fortes (2021), a subárea da Comunicação e do Esporte, com relação à consistência, sistematicidade e cientificidade, até então, requer linhas e espaços consistentes de discussão, devido à importância dos esportes no país e no mercado da comunicação, não deveria receber uma atenção acadêmica discreta. Em oposição às diversas áreas das Ciências Humanas e das Ciências Sociais, como História, Sociologia e Antropologia, os estudos do esporte, dentro da Comunicação, ainda são incipientes, segundo Fortes (2014).

Apesar desse cenário, nos últimos anos, houve um crescimento significativo de produção científica relacionada à temática esporte e comunicação, o que evidencia a urgência de reflexões epistemológicas para superar o voluntarismo e avançar como subcampo científico. As relações entre gênero e esporte são objetos de pesquisadas, no Brasil, desde o final dos anos de 1980, tornando-se mais expressivo a partir da década de 1990 e se institucionalizando de forma mais concreta a partir dos anos 2000, com a consolidação e a contribuição de projetos de pesquisa vinculados aos Programas de Pós-Graduação, publicações de livros, dissertações, teses, entre outros, nas palavras de Devide et al (2011). Parte expressiva dessa produção está relacionada à área da Educação Física (EF). Com relação às pesquisas, há o predomínio, na década de 1980, dos temas da EF escolar, especificamente, relacionados aos estereótipos e aos

papéis sexuais, assim como a forma de distribuição dos alunos nas aulas de EF mistas e separadas por sexo, conforme Luiz Júnior (2003).

Os temas predominantes durante os anos de 1990 até a primeira década dos anos 2000 foram os seguintes: metodologias de ensino na EF escolar e gênero; mecanismos de inclusão, exclusão e autoexclusão na EF escolar; história das mulheres no esporte; representações sociais de gênero na mídia esportiva; mulheres em posições de comando no esporte; esporte e identidades de gênero (masculinidades e feminilidades); e a construção sócio-histórica dos estereótipos relacionados às práticas corporais, segundo Devide et al (2011).

Por ser considerado um dos maiores eventos esportivos no mundo contemporâneo, quiçá o maior, os Jogos Olímpicos da Era Moderna tornaram-se parte de uma complexa mídia esportiva comercial, conforme Markula (2009). A mídia de massa pode ser considerada uma instituição poderosa na formação de opinião na cultura moderna, e de fato, pesquisadores indicam que a maneira como a mídia retrata alguns assuntos impacta diretamente na maneira com que o público percebe a realidade.

Nas palavras de Capranica et al. (2005), a expressividade da cobertura midiática esportiva tem grande valor para a visibilidade da mulher atleta. Ademais, a mídia, em especial a esportiva, produz e reforça estereótipos que estão relacionados aos papéis de gênero, gerando um impacto negativo nas percepções das capacidades atléticas das mulheres, conforme McDonagh e Pappano (2007).

A mídia esportiva tem um papel importante na representação dos atletas, quer sejam mulheres, quer homens e, ademais, na (re)produção dos estereótipos de gênero impregnados na sociedade. Nas palavras de Koivula (1999), a imprensa reforça a categorização dos esportes de acordo com as perspectivas tradicionais sobre as apropriações de gênero, que, por sua vez, afetam as formas como os sujeitos se comportam em relação à participação em atividades esportivas.

Ao estudarem a representação da mulher atleta na Folha de São Paulo, Souza e Knijnik (2007) encontraram diferenças significativas tanto em relação à quantidade de reportagens destinadas ao esporte feminino e ao masculino, quanto com relação ao conteúdo das matérias. Houve uma diferença significativa com relação ao tratamento dispensado a cada gênero na cobertura jornalística, mostrando assim grandes desigualdades e diferença no enfoque dos artigos, já que as marcas de gênero e comentários referente à beleza física estavam mais presentes nas matérias sobre mulheres atletas e esporte feminino, enquanto nos artigos relacionados ao esporte masculino o foco era dado ao desempenho esportivo do atleta, segundo os autores.

Em que pese à produção midiática digital em torno do esporte de alto rendimento e entre às relações de gênero, nos últimos anos, as discussões tornaram-se recorrentes em diversos cenários mundiais. As agências de comunicação responsáveis por eventos esportivos de impacto mundial centram suas lentes fotográficas ainda de modo estereotipado quanto aos corpos atléticos.

Embora o exercício de estereotipar não possua relação direta com atribuição de juízos de valor, categorizar atletas a partir de determinados atributos físico-sociais limita ou compromete as múltiplas possibilidades de exercer as incontáveis identidades de gênero. O discurso, de maneira geral, colabora com a construção das identidades sociais, das relações entre sujeitos e dos sistemas de conhecimentos e crenças que informam a sociedade. Diante disso, surge uma reflexão sobre como ou, até que ponto, a mídia esportiva questiona e (ou) mantém ideais identitários relacionados ao gênero e ao corpo feminino das atletas.

A partir da análise textual e discursiva das reportagens veiculadas nas mídias esportivas digitais sobre a dúvida, incluindo fake news, em relação ao gênero da Imane Khelif notamos que ao entrar em desarmonia com a ordem binária dos sexos e desconstruir representações historicamente produzidas cujos efeitos padronizam corpos, gêneros e sexualidades, coloca sob tensão os saberes biológicos e médicos definidos como normais para uma mulher atleta cis gênero.

Não podemos deixar de considerar a função da mídia esportiva digital na execução e na manutenção desse controle-estimulação. Tratando-se do corpo feminino, em específico, Del Priore (2009, p. 15), afirma que mais do que nunca a mulher sofre prescrições. Essas limitações não são mais exclusivas do marido, do padre ou do médico, porém do discurso jornalístico e publicitário que representa essa parcela da sociedade patriarcal. O autor Melo (2003, p. 108), sugere ponderar a mídia esportiva digital como” [...] uma instância pedagógica que atua no meio social ensinando aos corpos masculinos e femininos, adultos e infantis, modos de se comportar e de se relacionar com as coisas do mundo” (op.cit., p. 119). Segundo as ideias de Fabrício (2004), as mídias esportivas digitais seriam uma dessas instâncias pedagógicas dado que os ensinamentos produzidos e reproduzidos pelas instâncias midiáticas conformam determinados tipos de corpos como ideais, privilegiando certos repertórios de conduta e gerando parâmetros de normalidade embasada no binômio do padrão social em contraste com o desviante. Diante do cenário apresentado, pode-se notar que os discursos das mídias esportivas digitais relacionados às mulheres atletas perpassam por julgamentos, culturais, morais e significados sociais, que produzem ideais corpóreos, conforme sugerem Novaes (2010) e Andrade de Melo (2003).

Por essa razão, esse corpo é considerado adequado para o espaço ao qual reivindica pertencimento, que seria do universo do esporte de alto rendimento, no qual os atributos socialmente considerados masculinos são vivenciados com potência, rigor, força, destreza, entre outros. Porém, torna-se inadequado aos espaços socialmente considerados femininos por se tratar de um corpo masculinizado. O esporte, ao ser compreendido como uma forma de representação e ao mesmo tempo um reflexo simbólico, é um grande aliado no momento da (re)produção e perpetuação de discursos, por meio das mídias esportivas digitais.

Posto isto, é importante manter a existência de uma pluralidade nesses discursos e concepções. A estruturação de uma narrativa contínua e repetida seguramente construirá determinadas perspectivas a respeito de sujeitos, de contextos e de olhar criticamente para essas narrativas hegemônicas e estereotipadas pode ajudar a entender determinados fenômenos.

3 DISCUSSÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão apresentados alguns conceitos norteadores de nossa pesquisa, compreendidos em três tópicos: corpo, gênero e esporte; mulher atleta e estigmatização de seus corpos; mídias digitais e o controle corporal da mulher atleta.

3.1 Corpo, gênero e esporte

O corpo social é o corpo do indivíduo portador do *habitus*, nessa perspectiva, enquanto prática fomentadora origina formas diversas de expressar-se corporalmente, dentro de nuances configuradas por um grupo socialmente identificado.

Nesse contexto, percebemos uma convergência de ideias quando se considera o corpo expressivo, enquanto corpo que se comunica e que demonstra sentimentos como raiva, amor, aversão, e comportamentos como aceitação, pudor, sexualidade, isto é, uma comunicação sem palavras, somente pela gestualidade; quesitos sobrestimados na teoria das técnicas corporais como um ato tradicional e eficaz, e que para haver técnica e transmissão é necessária o *habitus*.

Nesse contexto, percebemos uma convergência de ideias quando se considera o corpo expressivo, enquanto corpo que se comunica e que demonstra sentimentos como raiva, amor, aversão, e comportamentos como aceitação, pudor, sexualidade, isto é, uma comunicação sem palavras, somente pela gestualidade; quesitos sobrestimados na teoria das técnicas corporais como um ato tradicional e eficaz, e que para haver técnica e transmissão é necessária o *habitus*.

O autor prossegue confirmando, quando afirma que uma geração passa à outra geração, a consciência de seus gestos e de seus atos manuais, há tanta autoridade e tradição social quanto

quando a transmissão se faz pela linguagem (Mauss apud, Daolio, 1995, p.47). Em outras palavras, o uso do corpo expressivo é uma atitude em relação ao mundo social.

Nesse contexto, nota-se que os efeitos da dominação e da submissão exercem por meio de uma relação de aceitação corporal e o vocabulário da dominação, bem como da submissão está repleto de simbolismos corporais, sendo que a submissão está registrada nas posturas, na maneira como se comporta o corpo e nos automatismos do cérebro, de acordo com Bourdieu (2007). Dessa maneira, o corpo originário é desclassificado, julgado e menosprezado, pois o sujeito é conduzido a reformular o próprio corpo quando é constatado que em sua mente-alma não está consolidada com as normas apresentadas pela sociedade a qual ele pertence

Em seu ensaio sobre as técnicas corporais, Mauss (1980 (1936)), defendeu que o corpo, ao mesmo tempo, seria a ferramenta original com que os humanos moldam o seu mundo e a substância original a partir da qual o mundo humano é delineado. O autor ainda aborda as formas como o corpo seria a matéria-prima e como a cultura molda e imprime de modo a criar diferenças sociais.

Em outras palavras, o corpo humano nunca poderia ser encontrado em qualquer estado natural. Trazendo as ideias dos fundadores dos estudos das fundações biológicas e afetivas das construções sociais da realidade, Mauss e Durkheim dizem que as técnicas corporais não se aprendem apenas com os outros, mas descobrem-se por meio dos outros. De fato, Bourdieu estudou e tomou como objeto inúmeras práticas sociais, dentre elas as práticas relacionadas ao corpo. Essa temática do corpo exerceu forte influência no universo teórico de Bourdieu, ocupando um grande espaço, a par de um grande esforço, no programa de pesquisas deste autor. Portanto, o esquema corporal, reconhece o sujeito-corpo, presente no cotidiano, à sua postura e sua posição no mundo social, o qual estabelece uma relação de poder e de dominação compreendidas nas teorias de Bourdieu (2007) e de Mauss (1934) em uma mesma noção quando se trata de capital corporal e técnicas corporais.

Nas palavras de Le Breton (2011, p.19), o corpo é considerado o primeiro e o mais genuíno dos instrumentos utilizados pelo homem, o mais natural objeto técnico, em outras palavras, o corpo é o meio técnico do homem. Isso deixa evidente que o homem não é produto do corpo, pois ele o (re)produz as qualidades do corpo na interação com os outros, com a sociedade e na imersão no campo simbólico. Assim, o corpo seria o produto de um processo de transformação da natureza, que inclui o corpo humano na construção com esse sistema de transformação e como social e historicamente produzido, corroborando com o fato de que o corpo humano é resultado da sociedade e da história.

Além disso, segundo Le Breton (2011 apud Pagès-Delon, p. 69), há o capital aparência, cujas fontes devem ser gerenciadas da mais adequada forma possível para que o melhor rendimento possa ser alcançado ou simplesmente para que não se prejudique por uma excessiva negligência. Na contemporaneidade, a única extensão do outro é frequentemente a do olhar: o que resta quando as relações sociais se tornam mais distantes, mais mensuráveis.

Ao longo das obras de Foucault, o corpo apresenta-se como uma composição de forças que se encontram em constante embate. Esse corpo não se limita às construções orgânicas; inicialmente, ele se mostra como um campo sobre o qual atuam diversos dispositivos. Dessa forma, o corpo não deve ser concebido a partir de uma a priori, mas sim como um objeto o qual deve ser problematizado, investido por forças e, por fim, produzido.

Entre os dispositivos de controle do corpo abordados em *Vigiar e Punir* (2008), o autor apresenta uma nova forma de poder, a saber, a disciplina. O surgimento desse novo modelo de poder, a disciplina, remonta ao período clássico e à descoberta do corpo como objeto e alvo do poder. Nessa época, há um grande destaque no corpo, como sendo um corpo passível de ser manipulado, modelado, treinado.

O controle corporal, a partir da disciplina, não consiste em simplesmente determinar um conjunto de gestos pré-determinados, mas também em determinar a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de êxito e agilidade. Há, portanto, o estabelecimento de uma prática voltada para a implantação de uma correlação entre o corpo e determinados gestos, buscando sempre um resultado mais prestigioso, nas palavras de Mauss, (1980(1936)). A interrelação simbiótica do corpo com o objeto que o manipula se torna, como consequência, a próxima regra da disciplina. A ideia central consiste em produzir sobre toda a superfície de contato do corpo e do objeto manipulado um elo, uma espécie de amarra.

Como prática disciplinar, o exercício físico tornou-se uma tecnologia de política do corpo que tem como finalidade (re)produzir indivíduos submetidos a um processo que jamais se completará – o exercício físico enquanto instrumento de subjugação não cessa. Ao apresentar a questão dos recursos para um adestramento eficaz, Foucault abordou alguns dispositivos fundamentais que garantiram o êxito do poder disciplinar, a saber: [...] o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame Foucault (2008, p. 143).

Não obstante, antes de explicitar esses instrumentos, é necessário entender que a função primordial do poder disciplinar é o adestramento, ou melhor, adestrar para retirar sua autonomia e se apropriar ainda mais e melhor do corpo.

Dessa forma, o corpo se torna objeto de problematização e elemento de constante reflexão e cuidado, em outras palavras, uma matéria para estilização. O indivíduo se constitui como objeto de uma prática e, para isso, estabelece para si certo modo de ser que deve ser constantemente posto à prova, aperfeiçoado, transformado.

A partir de uma perspectiva biopsíquica e histórica, a filósofa Beauvoir (Vol. I, 2016, p. 11), concluiu que tanto a interpretação exclusivamente biológica, quanto a concepção psicanalítica, bem como a histórica, entendida pelo materialismo histórico – isto é, o marxismo – isoladamente e por si sós, não são suficientes para compreender a origem da mulher e da opressão feminina.

Com base nessa profunda análise, a autora depreende que essa subjugação e a construção da mulher como “Outro” é culturalmente forjada a própria concepção do que é ser uma “verdadeira mulher” é um produto constituído pela sociedade cultural.

Para explicar a origem da “essência feminina” e do determinismo biológico, a autora recorreu ao conceito de *corpo situado* de Maurice Merleau-Ponty (Cf. Beauvoir, Vol. I, 2016, p. 57), no qual, de acordo com essa concepção, o corpo não é passivo ao mundo, em outras palavras, ele se relaciona estreitamente com o mundo, ele se situa. O corpo não é uma “coisa mecânica”, um mero objeto alheio à mente no qual possui determinadas características fisiológicas.

Não é o ser que possui o corpo, mas o ser é o próprio corpo situado no mundo, ou seja, corpo situado. Não há distinção entre “corpo e mente”, pois o corpo abrange toda relação que se constrói e efetua no mundo, podendo então ser entendido como um corpo fenomenológico ou corpo fenomenal; no qual a consciência e o “corpo objetivo” (no sentido anatômico) se tornam indistinguíveis, formando, por assim dizer, um único comportamento, um único fenômeno. Dessa maneira, tornam-se sujeitos encarnados, isto é, situados no mundo por meio do corpo, Goellner (2007).

Assim, compartilhamos das ideias de Beauvoir em relação ao corpo:

[...] o corpo não é uma coisa, é uma situação”, bem como, “sendo o corpo o instrumento de nosso domínio do mundo, este se apresenta de modo inteiramente diferente segundo seja apreendido de uma maneira ou de outra (Beauvoir, Vol. I, 2016, p. 62).

Dessa maneira, o corpo nada mais é que o suporte de uma construção identitária realizada pela estrutura social sobre a pessoa, construção da qual o próprio indivíduo não é inteiramente sujeito ou protagonista, mas apenas um coadjuvante.

Com relação ao gênero, pode ser considerado um mecanismo, segundo o qual são (re)produzidos e naturalizados padrões de feminilidade e de masculinidade e, ao mesmo tempo, sobre os quais se desconstruem esses padrões. A construção da feminilidade tem sido concebida como estratégia de movimentos que objetivam a equidade de gênero por meio do envolvimento e contribuição dos homens. A problematização da concepção hegemônica, tradicional ou única de feminilidade, em grande parte, é baseada em padrões exclusivamente biológicos, Grespan (2014). O patriarcalismo atua por meio da normalização dos homens e das mulheres.

Dessa maneira, o corpo nada mais é que o suporte de uma construção identitária realizada pela estrutura social sobre a pessoa, construção da qual o próprio indivíduo não é inteiramente sujeito ou protagonista, mas apenas um coadjuvante.

Em seu emprego mais contemporâneo, o vocábulo gênero foi utilizado, inicial, pelos estudos feministas estadunidenses, os quais pretendiam destacar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, (Ann Oakley, 1994, citado por Tilly, 1994). O objetivo desses estudos era descobrir a gama de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e nos períodos, era encontrar o seu sentido e como ele funcionava para manter o *status quo* ou para modificá-lo.

O termo denotava uma rejeição do determinismo biológico implícito na utilização das e expressões como sexo ou diferença sexual. Diante desse contexto, os estudos historiográficos feministas, que inscrevem as mulheres no decorrer dos tempos, implicam, necessariamente, na redefinição e no alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e a subjetiva quanto às atividades públicas e políticas, Lessa (2013).

Para teorizar o gênero, a maioria das tentativas das (os) historiadoras (es) estiveram vinculadas aos quadros de referência tradicionais das ciências sociais, os quais utilizam formulações estabelecidas e baseadas em explicações causais universais. Consequentemente, essas teorias tiveram um caráter limitado, pois havia uma tendência a incluir generalizações reducionistas ou simplórias, que se opunham à compreensão que a história como disciplina tem sobre a complexidade do processo de causação social além dos compromissos feministas com análises que conduzam à mudança, Goellner (2007).

O resultado disso pode ser constatado na utilização recente, bem como mais reducionista do termo gênero como sinônimo de mulher na literatura mais antiga, nos últimos anos, de todos os tipos que abordaram como tema a história das mulheres, em seus títulos substituíram o termo mulher por gênero. Em alguns casos, mesmo que essa utilização se refira

vagamente a certos conceitos analíticos, ela visava, de fato, obter o reconhecimento político deste campo de pesquisas, Goellner (2007).

Nessas circunstâncias, a utilização da terminologia gênero constitui um dos aspectos que poderia ser chamado de uma busca de legitimidade acadêmica para as pesquisas feministas, nos anos 80. Porém, esse é apenas um aspecto. A nomenclatura gênero, além de ter sido um substituto para o termo mulher, foi também utilizada para indicar que qualquer informação sobre as mulheres era necessariamente uma informação sobre os homens, que um estaria atrelado ao estudo do outro. A utilização dessa terminologia nesses moldes é a constatação de que o universo feminino está atrelado aos domínios masculinos, que ele seria concebido nesse e por esse universo masculino, Lessa (2014).

Devido ao aumento do número dos estudos sobre sexo e sexualidade, o termo gênero tornou-se um vocábulo particularmente útil, pois disponibiliza uma forma de diferenciar a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. A utilização da terminologia gênero ressalta todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, tampouco determina a sexualidade, Devide (2005).

A inquietação teórica com o gênero quanto a uma categoria analítica passou a surgir no final do século XX. Esses estudos estão ausentes das principais abordagens de teoria social desenvolvidas do século XVIII até o início do século XX. Algumas dessas teorias conceberam sua ideia a partir das analogias com a oposição entre o feminino e o masculino; outras reconheceram uma questão feminina; outras ainda se preocuparam com a formulação da identidade sexual subjetiva, porém o gênero, como uma forma de discutir sobre os sistemas de relações sociais ou sexuais não havia sido abordado, Devide (2005).

Uma das autoras que mais contribuiu para o avanço da compreensão da categoria gênero, ao propor que esta fosse uma categoria analítica para compreensão das estruturas históricas – e, por este processo, desconstruir a história e as interpretações que até então se mantinham como hegemônicas e oficiais, especializada na história do movimento operário e na história das mulheres, Joan Scott afirmou que “[...] poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado” Scott (1995, p. 72). Para a autora, gênero seria uma categoria social atribuída sobre um corpo sexuado, porém em determinado contexto histórico, sob condições de socialização específicas. Tratando-se de uma categoria social, segundo a autora, gênero está interligado com as relações de poder, por isso seria necessário compreender as relações de gênero para se estudar as do poder.

Conforme Scott (1985), a definição de gênero teria dois segmentos e diversos subconjuntos, que estariam interrelacionados, todavia deveriam ser analiticamente

diferenciados. Dessa forma, o gênero fornece uma maneira de decodificar o sentido e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. A proposta da autora é que o gênero seja uma espécie de categoria essencial para a análise histórica da investigação das relações entre os sexos – em outras palavras, da história das distintas sociedades humanas.

Foi observado por Scott (1985) na utilização do conceito de gênero uma recusa das interpretações históricas que apoiavam a existência de categorias distintas entre mulheres e homens, pois a história aponta que a experiência de um sexo sempre possui relação com a história do outro, que a humanidade, historicamente, sempre se constituiu a partir das relações entre ambos, mesmo havendo uma assimetria entre si em determinados contextos sócio-históricos. Para a historiadora, gênero seria, portanto, um meio pelo qual se decodificaria o sentido e a compreensão das relações complexas entre as mais variadas formas de interação humana. Diante desse contexto, podemos compreender, a partir das ideias da autora, que gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

Assim sendo, conforme Knijnik (2010) a construção social enraizada no conceito de gênero, além de enfronhada na educação de mulheres e de homens desde o seu nascimento, enseja, por um lado, em uma sucessão de estigmas na perspectiva de mundo dos indivíduos e, por outro, cria divisões hierárquicas que atravessam as sociedades como um todo.

Apoiada nos diversos conceitos sobre gênero abordados, até esse momento, encontramos alguns pontos em comum, como de que a categoria gênero/sexo necessita ser discutida, historicizada, desconstruída, desnaturalizada e, acima de tudo, contextualizada. é necessário também compreender as relações de poder que são formuladas socialmente; isto é, além de pensar exclusivamente em gênero, é necessário levar em conta suas relações e de que forma se constroem e se articulam com o poder imanente das sociedades e das instituições sociais.

Apesar de Foucault (1999) não desenvolver uma definição de gênero *stricto sensu* em seu respectivo pensamento, nos faz necessário seus estudos para compreendermos toda a complexidade social das diversas manifestações do controle disciplinar dos corpos, do biopoder em torno das construções corporais, bem como o processo de produção de subjetividades baseado no gênero que opera com base em uma relação hierárquica entre mulheres e homens. Assim como Foucault (1999), a escritora Beauvoir (1980), não desenvolveu uma definição para o termo gênero, mas o conceituou com sua ideia de que ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher, ou seja, as práticas sociais que se dariam por meio

do corpo sustentadas por uma espécie de violência subjetiva (poder disciplinar) produziram modelos de corpo social.

Parafraseando Beauvoir:

[...] nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (Beauvoir, 1980, p. 9)

As práticas esportivas, sobretudo os esportes de alto rendimento, e corporais são um território propício para indagar os discursos gentrificastes. Em outras palavras, o gênero e a sexualidade são construções corporais e o meio esportivo exprime as mudanças nas relações e representações de gênero na sociedade contemporânea. O esporte é um campo no qual mulheres e homens expressam determinadas formas de feminilidades e masculinidades, portanto, de identidades de gênero do (a) atleta, com base no pensamento de Connell (1995).

Segundo Connell (1995), gênero estaria além das interações entre mulheres e homens, seria uma estrutura ampla que englobaria a economia e o Estado, a família e a sexualidade, tornando-se assim mais complexa que as dicotomias dos papéis de sexo ou a biologia reprodutiva. Ainda conforme a autora, as práticas de construções sociais mencionadas por Scott (1989) se expressariam por meio dos corpos. Diante desse contexto, as feminilidades seriam corporificadas, sem deixar de se manifestar socialmente, ou seja, manifestadas por posturas, habilidades físicas, formas de se movimentar, e assim por diante.

A despeito da relação entre gênero e desporto, nas palavras de Goellner (2007), as pesquisas historiográficas sobre mulheres e esportes de alto rendimento evidenciam que o corpo é uma categoria essencial para os estudos sociais sobre o esporte, pois é construído discursivamente pela sociedade e, atualmente, deve ser discutido de forma a descentralizar o padrão da naturalização da binaridade sexual entre os corpos.

Em seu estudo, Knijnik (2010) afirma que as feminilidades e masculinidades são evidenciadas, dando assim embasamento para compreender que, na atualidade, além das mulheres e das feminilidades serem excluídas no meio competitivo de alto rendimento, outros atores sociais, que não se adequam às formas corporais padronizadas e estipuladas pelos valores androcêntricos, também são igualmente marginalizados/as.

Essa compreensão motivou Knijnik (2010) a debater sobre gênero no campo das práticas esportivas e corporais com maior profundidade. Conforme sua concepção sobre as

questões de gênero no meio esportivo, feminilidade e masculinidade continuam prevalecendo de forma plena, não abrindo precedentes para variação de nenhum dos gêneros.

Segundo Knijnik (2010), a questão a ser debatida está relacionada não apenas com a exclusão do feminino, como também a de outros atores sociais, os quais se encontram “fora do jogo” por não se adequarem às formas corporais, além dos padrões estipuladas pelos valores androcêntricos incutidos nos movimentos esportivos.

Outra contribuição importante para essa discussão foi desenvolvida por Fuller (2006). Segundo a autora, os valores culturais constituídos pelo esporte como rendimento e competitividade são ordenados e regulados por tradições e tabus, sobretudo, aqueles relacionados às questões de gênero. A autora reconhece, contudo, que o esporte é uma instituição social gentrificada a qual exclui, distingue, estabelecendo status e distintas noções de poder, principalmente em relação às minorias, que ainda são as mulheres e as pessoas transgênero.

Ao abordar as questões de gênero e o campo esportivo, notamos que há uma interpretação do esporte como um território masculino, no qual as mulheres tendem a ser questionadas sobre suas identidades de gênero e sexualidade, além de sofrerem com o estereótipo da masculinização. A partir do pensamento de Scott (1989), de que o gênero é uma categoria útil de análise, pois seu estudo deveria ser considerado como relevante nas diferentes esferas institucionais e sociais, incluindo o esporte. Assim, é necessário nos libertar das amarras do binarismo sexual ainda presente nas diversas esferas institucionais da sociedade, entre elas o esporte de alto rendimento.

Com relação ao esporte, como um fenômeno moderno e sob o ponto de vista crítico, compreende-se que trata de tema complexo, sendo aqui trazido em suas ambivalências consoante as afirmações de Bracht (2005), quando cita que embora reconheça a multifacitude do fenômeno esportivo, entende que seu surgimento se deu a partir do resultado da esportivização dos elementos da cultura corporal de movimento das classes populares inglesas, e assim passou a assumir suas características básicas, que são alguns dos princípios que regem a sociedade capitalista industrial: competição, rendimento físico-técnico, record, racionalização e cientificização do treinamento, isto é, o fenômeno esportivo representado por essas características, apropriou-se do mundo da cultura corporal de movimento, tornando-se assim sua expressão hegemônica. Com isso, houve um processo de esportivização da cultura corporal de movimento.

A participação das mulheres em grandes eventos esportivos, fez com que os veículos de comunicação começassem a noticiar a presença dessas competidoras. Entretanto, nota-se

que não é dada a mesma visibilidade nos veículos de comunicação às mulheres, comparando-se ao espaço dado aos homens. Nas palavras de Romero (2004 apud Kane e Parks 1992), o esporte pode ser classificado como uma instituição que (re)produz comportamentos patriarcais, que evidenciam uma suposta hegemonia masculina. Além do mais, a autora salienta a ideia de que os responsáveis pela veiculação das matérias sobre esporte nas mídias esportivas digitais ressaltam as diferenças fisiológicas entre os sexos, na maioria das vezes, revelando a graciosidade e a fragilidade da mulher e destacando a força muscular e as conquistas do homem.

Devido aos processos de industrialização e urbanização que modificaram os padrões e as condições de vida, os jogos populares deixam de ser compatíveis com as novas características da sociedade. Dessa forma, o Estado também se moldou às novas necessidades e interesses dessa sociedade que estava surgindo.

Apesar do controle desse modelo esportivista de dominação falocêntrica, existem inúmeras facetas de resistências das categorias minoritárias, como: as mulheres, as pessoas com deficiências, as pessoas transgêneros, bissexuais, gays e lésbicas no universo esportivo que auxiliam a compreender que a permissão para o acesso desses corpos divergentes no meio esportivo é exercida com rigidez e autoridade pelas mídias esportivas, técnicos, médicos, fisioterapeutas, preparadores físicos, proprietários dos clubes, em suma, um aglomerado de macro e micro dominância masculina que impede esse necessário exercício de autoridade.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa qualitativa possui diversas perspectivas que irão, de certa forma, orientar seu caráter teórico. Os métodos utilizados nos estudos qualitativos consideram a comunicação da (o) pesquisadora (or) com sua área de estudo como parte fundamental na produção do conhecimento. Nesse sentido, conforme afirma Flick (2009), a subjetividade tanto da (o) pesquisadora (or) quanto dos sujeitos pesquisados é parte importante da investigação. Em virtude da diversidade de abordagens que a pesquisa qualitativa fomenta, esse tipo de estudo propicia a pesquisa sobre temas incomuns e que seriam difíceis de resolver utilizando um modelo de pesquisa quantitativa.

Os campos de atuação dos estudos qualitativos não são laboratórios artificiais, mas se constituem enquanto práticas de interação nos quais as pessoas estabelecem em seu cotidiano. Posto isto, a pesquisa qualitativa está disposta em determinar se os achados da pesquisa apresentam relevância social e se estão baseados teórica e metodologicamente do que em testar a legitimidade de uma teoria, Flick (2009).

Intentando aos aspectos que distinguem as pesquisas qualitativas das quantitativas, os métodos qualitativos consideram a comunicação da(o) pesquisadora (or) com seu campo de estudo como parte fundamental na produção do conhecimento. Nessa perspectiva, a subjetividade tanto da(o) pesquisadora (or) quanto dos pesquisados é parte importante da investigação. As reflexões, assim como sentimentos e sensações, se constituem como parte interpretativa da pesquisa, devendo ser documentadas em diários de campo ou em outros tipos de material de registro Flick (2009).

Nas últimas décadas, a forma de acesso à informação modificou-se, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023, 72,5 milhões de domicílios tinham acesso à Internet (92,5%) no Brasil⁷. Nas áreas urbanas, o percentual passou de 93,5% para 94,1% e nas áreas rurais, de 78,1% para 81,0%. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) contínua sobre o módulo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) realizada em 2023 pelo IBGE.

O estudo identificou que 5,9 milhões de domicílios do país não utilizavam a Internet, sendo os principais motivos> nenhum morador sabia usar a Internet (33,2%), serviço de acesso à Internet caro (30,0%) e falta de necessidade em acessar a Internet (23,4%). A pesquisa ainda identificou que 5,9 milhões de domicílios do país não utilizavam a Internet, sendo os principais motivos> nenhum morador sabia usar a Internet (33,2%), serviço de acesso à Internet caro (30,0%) e falta de necessidade em acessar a Internet (23,4%).

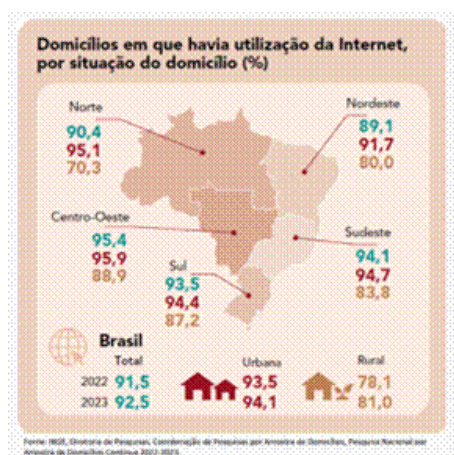


Gráfico 1

Demais Tecnologias

⁷ Segundo a pesquisa do IBGE, Matérias especiais 92,5% domicílios tinham acesso à Internet no Brasil. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21581-informacoes-atualizadas-sobre-tecnologias-da-informacao-e-comunicacao.html>. Acesso em: 18 de mar. 2024.

Além de analisar os dados referentes ao acesso à Internet pelos brasileiros, o módulo também avaliou outros dados de tecnologia como, por exemplo, o número de domicílios que possuem televisão; o tipo de televisão; serviço pago de streaming de vídeo; posse de telefone móvel celular e funcionamento da rede móvel e posse de computador ou tablet.

Televisão

Em 2023, dos 78,3 milhões de domicílios particulares permanentes do país, havia televisão em 73,9 milhões, 94,3% do total de domicílios, proporção que ficou em 95,1% na área urbana e 88,5% na rural. As Regiões Sudeste e Sul apresentaram as maiores proporções de domicílios com televisão (96,5% e 96,0%, respectivamente), a Região Norte, a menor (88,8%).

Streaming de vídeo

Levando em consideração os domicílios com televisão, em 2023, 31,1 milhões possuíam acesso a serviço pago de streaming de vídeo, número semelhante ao de 2022. As Grandes Regiões com maior percentual de acesso a serviço pago de streaming de vídeo foram: Sul (49,0%), Centro-Oeste (48,2%) e Sudeste (47,6%).

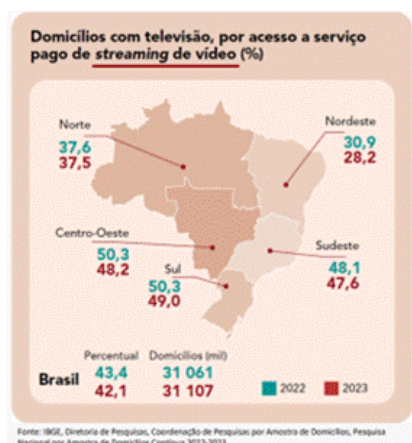


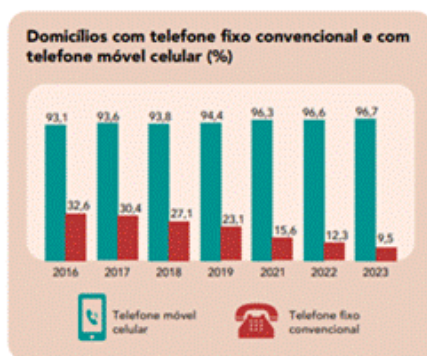
Gráfico 2

Telefone celular

Em 2023, não havia telefone em 2,8% dos domicílios particulares permanentes (2,2 milhões) do País, mesmo percentual de 2022. A ausência de telefone manteve-se mais elevada

nos domicílios nas Regiões Nordeste (5,2%) e Norte (3,8%), enquanto nas demais não ultrapassou 2,0%.

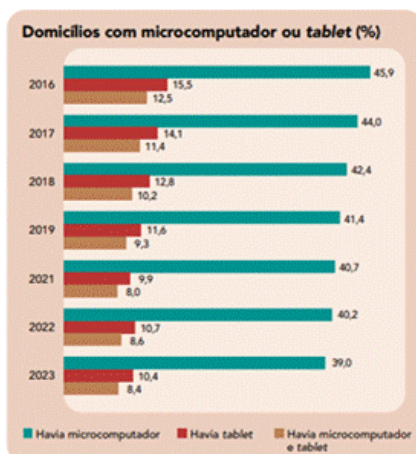
Considerando o tipo de telefone, em 2023, havia telefone fixo convencional em 9,5% dos domicílios do País e esse percentual tem apresentado declínio desde 2016 (32,6%). A parcela dos domicílios que tinham telefone móvel celular, por outro lado, apresentou aumento desde 2016 (93,1%), embora em 2022 (96,6%) e 2023 (96,7%) tenha ficado praticamente estável.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2023.

Gráfico 3

Computador ou tablet



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2023.

Gráfico 4

Essas informações, de certa forma, evidenciam a popularização do acesso às mídias digitais e, conseqüentemente, o acesso às mídias esportivas digitais. A modificação nas formas de acessar informações, no nosso caso as relacionadas aos esportes, aponta os espaços digitais como espaços de relevância para a produção de estudos qualitativos, tendo em conta as

inúmeras possibilidades de pesquisa que, de forma geral, compreendem como acontecem as relações pelas/com as mídias esportivas digitais.

Posto isto, para compor a pesquisa, foi selecionado o procedimento metodológico de observação, pois que de acordo com Mattar, (1999), “refere-se à observação de registros deixados por comportamento ou fatos. Além disso, pelo pesquisador não fazer parte da realidade estudada e permanece nela somente durante o período de investigação, é um observador, não participante. [...] Um exemplo [...] é a pesquisa de lixo familiar para inferir padrões de compra e de uso de uma infinidade de produtos no lar”, (Mattar, 1999, p. 186).

Seleção e sistematização do material empírico

A seleção dos dados utilizados na pesquisa se deu por meio das mídias esportivas digitais e dos veículos de comunicação tradicionais digitais que acompanharam a 33ª Edição dos Jogos Olímpicos, em Paris 2024. Com relação à sistematização do material empírico, os referidos dados foram analisados a partir da temática central, controle esportivo do corpo da mulher atleta, dessa forma, chegamos ao caso da atleta do boxe feminino, argelina, da categoria meio-médio, Imane Khelif.

Sendo estabelecido, inicialmente, o período de coleta dos conteúdos dos websites esportivos, além dos sites de veículos de comunicação tradicionais para análise do dia 01/03/2024 ao dia 30/09/2024. Foram realizados print-screens das páginas inicial dos websites esportivos e dos sites de veículos de comunicação tradicional. O caso observado foi o da atleta argelina do boxe feminino, meio-médio, Imane Khelif.

A coleta foi realizada uma vez ao dia, durante o período de março a setembro de 2024, totalizando 120 dias. Inicialmente, o corpus da pesquisa correspondeu, a um quantitativo de 30 postagens realizadas pelos 13 veículo, entre os mais populares, influentes e relevantes websites de esportes do Brasil, como: o GE.globo (Globo Esporte), que oferece uma ampla cobertura esportiva, o ESPN Brasil e o Lance!, conhecido por suas notícias e análises esportivas. Além das plataformas como o UOL Esporte, CNN Brasil Esportes, Terra Esportes, durante o período estipulado. Os sites de veículos de comunicação tradicionais digitais, como Folha de S. Paulo, Estadão, Agência Brasil, Carta Capital e O Globo, por serem considerados importante fonte de informação no país. Os websites Aos fatos, Boatos.org, Rede Nacional de Combate à desinformação também foram consultados para a composição e a verificação da veracidade das notícias veiculadas sobre a atleta do boxe argelina, Imane Khelif. Porém, ao final da coleta dos dados, chegamos ao total de 8 reportagens, pois verificamos que o teor das reportagens repetia.

Devido ao tempo limitado da pesquisa, optamos por nos ater apenas aos veículos de comunicação digital do Brasil, sejam os esportivos como os de comunicação tradicional. O processo de coleta diária aconteceu em margens de horários planejados, entre às 7h até às 9h e entre às 21h até às 23h. Para auxiliar o processo de análise do material coletado, foram preparadas pastas para arquivamento das reportagens.

Para o conjunto de materiais coletados, foram produzidas pastas para cada um dos websites pesquisados. Essas pastas contendo a data, a hora e um espaço para responder à seguinte pergunta com sim ou não: possui inserção de conteúdos com elementos que remetem ao controle corporal por meio do esporte? Os dados obtidos a partir da resposta “sim” das reportagens coletadas foram compilados para uma pasta com resultados positivos com a finalidade de utilizá-los na pesquisa.

5 ANALISANDO OS FATOS

O fenômeno emergente de hipervalorização do corpo, observado sobretudo no século XXI, no qual a mídia digital tem sua parcela de contribuição no surgimento de uma cultura de consumo como característica da sociedade contemporânea, provoca uma série de reflexões a respeito dos aspectos epistemológicos inter-relacionais como: corpo-mente, corpo saúde, corpo-aprendizagem cognitiva, corpo-comunicação, corpo-sujeito, corpo-consumo mercadológico e corpo contemporâneo.

Essa hipervalorização do corpo representa a ampliação de seu conceito, compreendendo-o para além de um simples espaço físico ocupado por um conjunto de órgãos, pois nele passa a ser o lugar no qual se dá, se realiza e se manifesta não apenas suas contingências e aptidões físicas, mas sobretudo um conjunto complexo de reciprocidade e inter-relações entre as emoções, a sexualidade, os sentimentos, os pensamentos e os desejos humanos, tornando assim a noção ou mesmo o conceito de corpo em algo extremamente complexo.

Em contraste com essa concepção, Bourdieu (2007) compreende o corpo socializado e não como um mero objeto, isto é, um depósito de uma capacidade criativa e gerativa por meio de disposições incorporadas e transformadas em posturas corporais nos conduz compreender de que maneira o homem se socializa. Ainda conforme o autor, é necessário um corpo para se existir no mundo, para ser incluído no mundo, porém segundo um modo de inclusão irredutível à simples inclusão material e espacial.

A 33ª edição dos Jogos Olímpicos de Paris 2024 anunciou, por meio do Comitê Olímpico Internacional (COI) a paridade total numérica de gênero nas competições, isto é, o

mesmo número de atletas femininos e masculinos participando do maior evento esportivo do mundo⁸. Essa iniciativa contou com a colaboração COI, além da parceria com o grupo de interesse do Movimento Olímpico, que inclui Paris 2024, Federações Internacionais, Comitês Olímpicos Nacionais (CONs) e veículos oficiais de transmissão.

Figura 5- Paris 2024 will be the first 100% Gender Equal Games in history



Fonte: <https://press.paris2024.org/news/paris-2024-will-be-the-first-100-gender-equal-games-in-history-5967-7578a.html>

Mesmo após essa decisão, a proposta original não foi concretizada, segundo levantamento realizado por Costa e Guerra (2024), pois os Jogos Olímpicos de Paris 2024 tiveram pelo menos 100 atletas masculinos a mais que o número total de atletas femininas (hipismo 60; atletismo 21; natação 69)⁹.

⁸ Segundo Paris 2024 will be the first 100% Gender Equal Games in history. Acesso: 14 de mar. 2024. Disponível em: <https://press.paris2024.org/news/paris-2024-will-be-the-first-100-gender-equal-games-in-history-5967-7578a.html>

⁹ Conforme Paris 2024 não alcança equidade prometida e terá mais homens do que mulheres; entenda. Acesso: 08 de ago. 2024. Disponível em: <https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/2024/07/17/paris-2024-nao-alcanca-equidade-prometida-e-tera-mais-homens-do-que-mulheres-entenda.ghtml>

Figura 6- Equipe de natação olímpica dos Estados Unidos para 2024 conta com 27 homens e 21 mulheres



Fonte: Reprodução Instagram / Team USA

Apesar da proposta original de paridade numérica de gênero nas competições dos Jogos Olímpicos de Paris 2024 (#GenderEqualOlympics), que teve como um dos objetivos a igualdade de gênero como prioridade, dentro e fora de campo, conforme as palavras da Diretora Corporativa e de Desenvolvimento Sustentável do COI, Marie Sallois¹⁰, não foi suficiente para romper totalmente com o controle esportivo do corpo da mulher atleta, o que pode ser comprovado na forma do tratamento sexista, discriminatório, misógino e difamatório, dispensado a atleta argelina do boxe profissional, da categoria meio-médio, Imane Khelif, por meio das mídias esportivas digitais, bem como dos veículos de comunicação tradicionais digitais, que levantaram o debate interseccional sobre gênero e esporte. Dessa forma, para

¹⁰ De acordo com #GenderEqualOlympics: Paris 2024 fazendo história no campo de jogo. Disponível em: <https://www.olympics.com/ioc/news/genderequalolympics-paris-2024-making-history-on-the-field-of-play>. Acesso em: 14 de jul. 2024.

melhor entendimento e visualização, segue abaixo a Tabela de Monitoramento de Reportagens analisadas nesta pesquisa.

Tabela 2- Resultados encontrados nas mídias esportivas digitais e nos sites de veículos de comunicação tradicionais digitais

Data	Manchete/título	Canal	Categoria	Reporter	Fonte principal
23/08/24	Olimpíadas: italiana desiste em 46 seg após golpe de boxeadora reprovada em teste de gênero	Lance	Esporte	Não mencionado	Paris (FRA)
23/08/24	Boxeadora argelina alvo de polêmica nas Olimpíadas é ouro no boxe	ESPN	Esporte	Não mencionado	Redação ESPN
23/08/24	Após polêmica, boxeadora Imane Khelif é campeã olímpica	Terra	Notícias em geral/Esportes	Não mencionado	Redação Terra
23/08/24	Olimpíadas 2024: entenda a polêmica no boxe com vitória de atleta reprovada em teste de gênero	Estadão/Esportes	Notícias em geral/Esportes	Não mencionado	Redação Estadão
23/08/24	Khelif, boxeadora imersa em polêmica de gênero, avança à final olímpica	Folha UOL/Esportes	Notícias em geral/Esportes	Não mencionado	Redação Folha UOL /Esportes
23/08/24	Caso de boxeadora argelina reprovada em teste de gênero provoca onda de desinformação nas redes	Carta Capital/Esportes	Notícias em geral/Esportes	Caio César	Redação Carta Capital/Esportes
23/08/24	É falso que boxeadora Imane Khelif já lutou em categorias masculinas.	Aos Fatos	Investigação de campanhas de desinformação e à checagem de fatos	Bianca Bortolon	Redação Aos Fatos
23/08/24	Lideranças políticas e influenciadores religiosos mentem sobre sexualidade de boxeadora nas Olimpíadas	Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD)	Investigação de campanhas de desinformação e à checagem de fatos	Edison Mineiro	Redação RNCD

Reportagem 1: Olimpíadas: italiana desiste em 46seg após golpe de boxeadora reprovada em teste de gênero. Disponível em: <https://www.lance.com.br/olimpiadas/olimpiadas-italiana-desiste-em-46seg-apos-golpe-de-boxeadora-envolvida-em-polemica.html>. Acesso em: 23 ago. 2024

Figura 7- Reportagem 1



Fonte: <https://www.lance.com.br/olimpiadas/olimpiadas-italiana-desiste-em-46seg-apos-golpe-de-boxeadora-envolvida-em-polemica.html>

Segundo a reportagem, a boxeadora italiana, Angela Carini, teria protagonizado um momento “curiosoⁱ” nas Olimpíadas de Paris 2024. No combate contra a pugilista argelina, Imane Khelif, a italiana desistiu da luta em apenas 46 segundos, após sofrer dois “socos fortesⁱⁱ” em seu rosto, e falar com seu treinador que não conseguiria mais seguir no combate, pois segundo a atleta italiana: “eu subi no ringue e tratei de lutar, mas ela me deu dois golpes no nariz e eu não conseguia respirar. Doía demais. Quando sinto que algo não está certo, prefiro desistir, ter a maturidade de parar - disse Angela, após deixar o ringue”.

Para completar, a reportagem revela que Imane Khelif teria se envolvido em uma polêmica, no ano 2023. A argelina foi reprovada em um teste de gênero, por apresentar cromossomos XY, mas foi liberada pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) para participar dos Jogos de Paris. Outras boxeadoras que estão competindo na França questionaram a permissão, alegando haver distinções no nível imposto dentro das lutas.

Reportagem 2: Boxeadora argelina alvo de polêmica nas Olimpíadas é ouro no boxe. Disponível em: https://www.espn.com.br/olimpiadas/artigo/_/id/14019452/imane-khelif-boxeadora-argelina-alvo-polemica-olimpiadas-ouro-boxe. Acesso em: 23 ago. 2024

Figura 8- Reportagem 2



Fonte: https://www.espn.com.br/olimpiadas/artigo/_/id/14019452/imane-khelif-boxeadora-argelina-alvo-polemica-olimpiadas-ouro-boxe

A reportagem menciona a final do boxe entre a atleta argelina, Imane Khelif e a taiwanesa, Lin Yu-ting, ambas alvo de questionamentos referente ao gênero, porém o maior alvo dessa campanha de (des)informação foi a atleta argelina. A matéria, apesar de mencionar o posicionamento do COI referente a decisão da IBA, em relação à reprovabilidade nos testes de gênero das atletas, o título menciona a “polêmica” relacionada ao gênero.

Reportagem 3: Após polêmica, boxeadora Imane Khelif é campeã olímpica. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/jogos-olimpicos/apos-polemica-boxeadora-imane-khelif-e-campea-olimpica,fb39ac1a8d62701b8249fa112c10716fbb5h9u9p.html>. Acesso em: 23 ago. 2024

Figura 9- Reportagem 3



The screenshot shows a news article on the Terra website. The header includes the Terra logo and '25 anos'. The main navigation bar has links for 'TERRA MAIL', 'CURSOS ONLINE', 'TERRA ADS', and 'ASSISTÊNCIA AU'. The breadcrumb trail reads 'Capa > Esportes > Jogos Olímpicos'. The article title is 'Após polêmica, boxeadora Imane Khelif é campeã olímpica'. The sub-header reads 'A argelina venceu os três rounds por 10 a 9 e foi declarada vencedora por pontos'. The date is '9 ago 2024 - 18h58'. There is a 'Compartilhar' button and a link to 'Exibir comentários'. Below the text is a video player with the title 'Ouvir texto' and a progress bar. The video shows Imane Khelif celebrating with her gold medal. The caption below the video reads 'Imane Khelif celebra a medalha de ouro em Paris' and 'Foto: REUTERS/Peter Cziborra'.

Fonte: <https://www.terra.com.br/esportes/jogos-olimpicos/apos-polemica-boxeadora-imane-khelif-e-campea-olimpica.fb39ac1a8d62701b8249fa112c10716fbb5h9u9p.html#:~:text=A%20argelina%20venceu%20os%20tr%C3%AAs.foi%20declarada%20vencedora%20por%20pontos&text=A%20boxeadora%20argelina%20Imane%20Khelife.pontos%20contra%2027%20da%20chinesa.>

A matéria menciona em seu subtítulo “muita polêmica” envolvendo a participação da Atleta argelina, apesar do título se referir ao ouro conquistado por Imane Khelif na categoria meio-médio, faz referência à polêmica criada em torno de seu gênero. Reportagem 4: Olimpíadas 2024: entenda a polêmica no boxe com vitória de atleta reprovada em teste de gênero. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/esportes/olimpiadas-2024-italiana-abadona-atleta-reprovada-teste-de-genero-npres/?srsltid=AfmBOoqIhpxlxo3CYr8ZJNePRtwAciDfa4XRqTcVp7k8u5iytd3C1C3U>. Acesso em: 23 ago. 2024

Figura 10- Reportagem 4



Olimpíadas 2024: entenda a polêmica no boxe com vitória de atleta reprovada em teste de gênero

Presença da argelina Imane Khelif em Paris gerou revolta do governo italiano antes do início dos Jogos; COI afirma que as atletas seguiram todas as 'normas médicas aplicáveis'

Compartilhe:     

Por André Esmeriz
01/08/2024 | 11h26
Atualização: 01/08/2024 | 19h21

Fonte: <https://www.estadao.com.br/esportes/olimpiadas-2024-italiana-abadona-atleta-reprovada-teste-de-genero-npres/?srsltid=AfmBOoqlhpxlxo3CYr8ZJNePRtwAcidfa4XRqTcVp7k8u5iytd3C1C3U>

Conforme a matéria de Esmeriz, A., a presença da Atleta argelina, Imane Khelif, nos Jogos Olímpicos de Paris 2024, causou revolta ao governo italiano, antes do início dos Jogos, embora o COI afirme que as atletas seguiram todas as normas médicas aplicáveis. De acordo com as palavras da ministra da Família, Eugenia Roccella:

É muito preocupante saber que duas pessoas transgênero foram admitidas nas competições de boxe feminino, homens que se identificam como mulheres e que, em competições recentes, foram excluídas. É surpreendente que não existam critérios certos, rigorosos e uniformes, e que precisamente nos Jogos Olímpicos, que simbolizam a lealdade, possa haver suspeitas de uma competição desigual e até potencialmente arriscada, afirmou Roccella.

Reportagem 5: Khelif, boxeadora imersa em polêmica de gênero, avança à final olímpica. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2024/08/khelif-boxeadora-imersa-em-polemica-de-genero-avanca-a-final-olimpica.shtml>. Acesso em: 23 ago. 2024

Figura 11- Reportagem 5



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2024/08/khelif-boxeadora-imersa-em-polemica-de-genero-avanca-a-final-olimpica.shtml>

A matéria, apesar de abordar a trajetória rumo ao mais alto lugar no podium da Atleta argelina, apoiada pela ampla maioria dos torcedores no estádio de Roland Garros, não deixou de comentar sobre a polêmica na qual Imane Khelif esteve envolvendo a definição da IBA e do COI sobre seu gênero no seu título.

Reportagem 6: Caso de boxeadora argelina reprovada em teste de gênero provoca onda de desinformação nas redes. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/esporte/caso-de-boxeadora-argelina-reprovada-em-teste-de-genero-provoca-onda-de-desinformacao-nas-redes/>. Acesso em: 23 ago. 2024

Figura 12- Reportagem 6



Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/esporte/caso-de-boxeadora-argelina-reprovada-em-teste-de-genero-provoca-onda-de-desinformacao-nas-redes/>

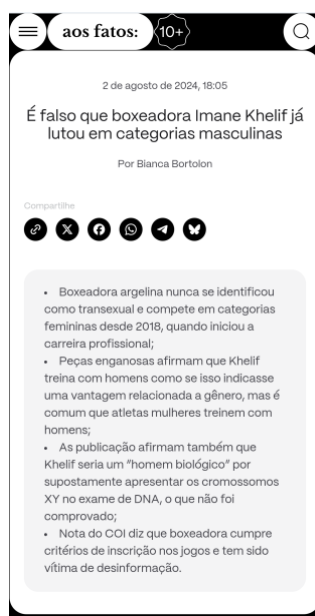
Na contramão dos demais sites de veículos de comunicação tradicionais digitais, A Carta Capital, por meio do César, C. revelou não haver evidências de que Imane Khelif seja uma mulher trans: ou seja, alguém identificado como homem ao nascer, mas cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo biológico. A matéria, diferentemente das restantes, logo no seu título, não deixa margem para interpretações diversas das verdadeiras. O repórter e editor de redes, também comentou sobre a desistência, após 46 segundo de luta contra Imane Khelif, da Atleta italiana, Angela Carini, salientando que essa atitude da Atleta italiana teria bastado para desencadear uma torrente de comentários transfóbicos e reacendesse um acalorado debate sobre a inclusão de pessoas trans nos esportes – questão delicada e que, não raro, é capturada e que, não raro, é capturada e instrumentalizada pela extrema-direita mundial.

Ao final da reportagem, para demonstrar o compromisso com a verdade, acima de tudo, César, C. frisa o seguinte: “apoie o jornalismo que chama as coisas pelo nome. Muita gente esqueceu o que escreveu, disse ou defendeu. Nós não. O compromisso de CartaCapital com os princípios do bom jornalismo permanece o mesmo. O combate à desigualdade nos importa.”

Reportagem 7: É falso que boxeadora Imane Khelif já lutou em categorias masculinas.

Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/falso-boxeadora-imane-khelif-ja-lutou-masculino/>. Acesso em: 23 ago. 2024

Figura 13- Reportagem 7



Fonte: <https://www.aosfatos.org/noticias/falso-boxeadora-imane-khelif-ja-lutou-masculino/>

A matéria de checagem de boatos, escrita por Bortolon, B., no site Aos Fatos, desmente as informações de que a boxeadora Imane Khelif seria “homem biológico” por supostamente apresentar os cromossomos XY no exame de DNA, o que não foi comprovado. A reportagem ainda afirma ser falso que Imane Khelif lutava na categoria masculina do boxe antes de supostamente realizar uma transição de gênero. Desde 2018, quando iniciou a carreira profissional, a boxeadora competiu apenas em categorias femininas. Além disso, em nenhum momento Khelif se identificou como transexual.

A boxeadora irlandesa, Amy Broadhurst, que derrotou Khelif no Mundial de 2022, solidarizou-se com a colega em seu perfil no X (ex-Twitter) e reforçou que “o fato de que ela já foi derrotada por nove mulheres antes diz tudo”.

Reportagem 8: Lideranças políticas e influenciadores religiosos mentem sobre sexualidade de boxeadora nas Olimpíadas. Disponível em: <https://rncd.org/liderancas-politicas-e-influenciadores-religiosos-mentem-sobre-sexualidade-de-boxeadora-nas-olimpiadas/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

Figura 14- Reportagem 8



Fonte: <https://rncd.org/liderancas-politicas-e-influenciadores-religiosos-mentem-sobre-sexualidade-de-boxeadora-nas-olimpiadas/>

A reportagem de Mineiro, E. aborda o fato de que após a repercussão polêmica sobre a luta de boxe feminino, categoria até 66 kg, nos Jogos Olímpicos de Paris, em 1 de agosto de 2024, nos Jogos Olímpicos de Paris, no qual a argelina Imane Khelif venceu a italiana Angela

Carini, depois de ganhar espaço em mídias no Brasil e no exterior, também alcançou a esfera religiosa.

Ainda conforme a reportagem, um grande número de debates em ambientes digitais religiosos pode ser observado, com acusações genéricas à atleta Khelif, de ser mulher trans, que mudou de sexo para disputar o boxe nas Olimpíadas ou mesmo de que era um homem que lutava de forma desigual contra a italiana, uma “mulher de verdade”. Além disso, políticos de extrema direita e influenciadores evangélicos, alinhados a esta tendência política, exploraram esse tipo de pauta, e publicaram mensagens com reforço à polêmica de Atleta argelina do boxe supostamente ser um homem lutando contra uma mulher italiana.

A partir da análise de todo conteúdo sexista e difamatório, disseminado em forma de campanha de (des)informação direcionada contra a boxeadora argelina, Imane Khelif, por meio de fake news, pesquisado junto às mídias esportivas digitais, bem como dos sites de veículos de comunicação tradicionais digitais e com base no arcabouço teórico apresentado, podemos identificar que, conforme Buttler (1998), o corpo da mulher atleta é alvo constante de controle e de manipulação por definições de um padrão de feminilidade heteronormativo hegemônico que se manifesta por meio do esporte. Além disso, as mídias esportivas digitais, bem como os veículos de comunicação tradicionais digitais, desempenham um papel importante na definição, na manutenção e na reprodução das relações e dos papéis de gênero propagados pela cultura hegemônica heterocêntrica.

Para Messer (2002), a mídia contemporânea trata as mulheres atletas de quatro maneiras em suas reportagens, a primeira: geralmente, dão maior ênfase aos esportes coletivos televisionados e mencionam pouco a presença das mulheres atletas nos esportes individuais; segundo, as mídias retratam as mulheres atletas como mais atrativas quando são heterossexuais destacando sua feminilidade heteronormativa, além de sua maternidade. Nas palavras de Clasen (2001), a cobertura midiática direciona seus olhares aos papéis tradicionais femininos hegemônicos que estão relacionados à família e à maternidade, relegando ao esporte o papel de segunda realização das atletas. Terceiro ponto, Messner (2002) afirma que as mídias reafirmam o domínio dos homens no esporte por meio de ataques verbais contra as mulheres atletas que são bem sucedidas. E, por fim, incorpora a cobertura de alguns atletas excepcionais, a fim de disfarçar as desigualdades existentes na cobertura midiática das mulheres atletas. Ao deslegitimarem as experiências dessas mulheres atletas, e manter o sexo masculino no centro do esporte, esses discursos midiáticos contribuem para justificar as desigualdades enfrentadas pelas mulheres no campo esportivo.

Ao se posicionar como atleta de uma modalidade esportiva olímpica, o boxe, Imane Khelif, tensiona de forma revolucionária as normatizações culturais de gênero e de feminilidade e dessa forma abre margem para a reflexão sobre a multiplicidade de gêneros possíveis no campo esportivo e na sociedade.

Ao desestruturar os significados sobre gênero, constrói-se uma imagem pré-concebida, masculinizada e masculinizante de seus corpos, associada pelo senso comum às experiências heteronormativa, ficando exposto nas narrativas que a acusam-na de não ser uma mulher cis.

Isso demonstra que as práticas esportivas, sobretudo os esportes de alto rendimento, e corporais são um território propício para indagar os discursos generificantes. Em outras palavras, o gênero e a sexualidade são construções corporais e o meio esportivo exprime as mudanças nas relações e representações de gênero na sociedade contemporânea.

O esporte é um campo no qual mulheres e homens expressam determinadas formas de feminilidades e masculinidades, portanto, de identidades de gênero do (a) atleta, segundo Connell (1995). Ainda conforme a autora, gênero estaria além das interações entre mulheres e homens, seria uma estrutura ampla que englobaria a economia e o Estado, a família e a sexualidade, tornando-se assim mais complexa que as dicotomias dos “papéis de sexo” ou a biologia reprodutiva. Essas práticas de construções sociais mencionadas por Scott (1989) se expressariam por meio dos corpos.

Diante desse contexto, as feminilidades seriam corporificadas, sem deixar de se manifestar socialmente, ou seja, manifestadas por posturas, habilidades físicas, formas de se movimentar, e assim por diante.

Apesar de Foucault (1999) não desenvolver uma definição de gênero *stricto sensu* em seu respectivo pensamento, nos faz necessário seus estudos para compreendermos toda a complexidade social das diversas manifestações do controle disciplinar dos corpos, do biopoder em torno das construções corporais, bem como o processo de produção de subjetividades baseado no gênero que opera com base em uma relação hierárquica entre mulheres e homens.

Assim como Foucault (1999), a escritora Beauvoir (1980), não desenvolveu uma definição para o termo gênero, mas o conceituou com sua ideia de que ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher, ou seja, as práticas sociais que se dariam por meio do corpo sustentadas por uma espécie de violência subjetiva (poder disciplinar) produziram modelos de corpo social.

Nas palavras de Beauvoir:

[...] nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (Beauvoir, 1980, p. 9).

A despeito da relação entre gênero e desporto, nas palavras de Goellner (2007), as pesquisas historiográficas sobre mulheres e esportes de alto rendimento evidenciam que o corpo é uma categoria essencial para os estudos sociais sobre o esporte, pois é construído discursivamente pela sociedade e, atualmente, deve ser discutido de forma a descentralizar o padrão da naturalização da binaridade sexual entre os corpos.

Em seu estudo Knijnik (2010) afirma que as feminilidades e masculinidades são evidenciadas, dando assim embasamento para compreender que, na atualidade, além das mulheres e das feminilidades serem excluídas no meio competitivo de alto rendimento, outros atores sociais, que não se adequam às formas corporais padronizadas e estipuladas pelos valores androcêntricos, também são igualmente marginalizados (as).

Essa compreensão motivou Knijnik (2010) a debater sobre gênero no campo das práticas esportivas e corporais com maior profundidade. Conforme sua concepção sobre as questões de gênero no meio esportivo, feminilidade e masculinidade continuam prevalecendo de forma plena, não abrindo precedentes para variação de nenhum dos gêneros.

Segundo Knijnik (2010), a questão a ser debatida está relacionada não apenas com a exclusão do feminino, como também a de outros atores sociais, os quais se encontram “fora do jogo” por não se adequarem às formas corporais, além dos padrões estipuladas pelos valores androcêntricos incutidos nos movimentos esportivos.

Outra contribuição importante para essa discussão foi desenvolvida por Fuller (2006). Segundo a autora, os valores culturais constituídos pelo esporte como rendimento e competitividade são ordenados e regulados por tradições e tabus, sobretudo, aqueles relacionados às questões de gênero.

A autora reconhece, contudo, que o esporte é uma instituição social generificada a qual exclui, distingue, estabelecendo *status* e distintas noções de poder, principalmente em relação às minorias, que ainda são as mulheres e as pessoas transgênero.

Ao abordar as questões de gênero e o campo esportivo, assim como o caso específico da atleta do boxe, Imane Khelif, da Argélia, notamos que há uma interpretação do esporte como sendo um território masculino, criado por homens e para homens, no qual as mulheres tendem

a ser questionadas sobre suas identidades de gênero e sua sexualidade, além de sofrerem com o estereótipo da virilização.

A partir do pensamento de Scott (1989), de que o gênero é uma categoria útil de análise, pois seu estudo deveria ser considerado como relevante nas diferentes esferas institucionais e sociais, incluindo o esporte de alto rendimento, seria necessário nos libertar das amarras do binarismo sexual ainda presente nas diversas esferas institucionais da sociedade, entre elas o esporte de alto rendimento, além dos meios de comunicação, como a mídia esportiva digital.

5.1 Afinal, o que motivou todos esses ataques?

A procura pela padronização corporal da feminilidade heteronormativa, ainda na contemporaneidade, é apresentada como o caminho mais importante de sucesso e de aceitação para muitas mulheres na cultura ocidental. Esse ideal de corpo feminino, segundo Bordo (1997), pode ser compreendido como uma estética da limitação, tanto no que se refere ao comportamento quanto à corporalidade feminina. Ainda conforme as ideias de Bordo (1997), a feminilidade é produzida através da aceitação de restrições, da limitação da visão, da escolha de uma rota indireta, é uma estética forte que se constrói em cima do reconhecimento da falta do poder; é uma estratégia de sobrevivência baseada nas concessões e na imposição de restrições Bordo (1997, p.).

Partindo das palavras que constavam em um de seus panfletos, denunciando os crimes de Robespierre, o qual Olympe de Gouges assinou com o pseudônimo de Polyme, a ativista, escritora e dramaturga se descreveu como sendo um “animal anfíbio”: eu sou um animal singular; não sou nem homem, nem mulher. Tenho toda a coragem de um e, às vezes, a fraqueza do outro. Sou uma mulher e tenho servido meu país como um grande homem Gouges (1986, p.).

Assim, é a mulher atleta, um ser híbrido; singular; sui generis; isto é, um “animal anfíbio”. Nem mulher, nem homem; um ser dotado da coragem, da virilidade, da força de um, e, às vezes, da delicadeza, da fraqueza, do medo do outro. Fugindo da padronização heteronormativa corporal feminina determinada pela sociedade, e que por sua vez é propagada pelas mídias esportivas digitais, além de outras, encontra-se o corpo da mulher atleta. A cobertura dos Jogos Olímpicos de Paris 2024, realizadas pelas mídias esportivas digitais e pelos veículos de comunicação tradicionais digitais, conferiu destaque à produção e à (re)produção dos padrões de feminilidade heteronormativo exigidos às mulheres atletas, sobretudo no caso da boxeadora argelina, Imane Khalif. Essa percepção demonstra o quanto as mídias esportivas

digitais, bem como os veículos de comunicação tradicionais digitais, por meio dos esportes de alto rendimento, demandam corpos que além de ultrapassem limites, quebrem recordes e superem-se a cada momento da competição; esforços estes encarados como edificantes, sejam feminilizados.

Esse controle esportivo do corpo da mulher atleta, constatado nas reportagens de cobertura do evento esportivo, de modo algum minimiza a existência de distinção entre as formas de exibir as performances das mulheres atletas. No que diz respeito às (re)apresentações de feminilidade, verificamos que, em quase todo o material empírico, foram aquelas que apontamos como normatizadas ou padronizadas pela sociedade, especificamente, no que se refere aos corpos das mulheres atletas.

O material empírico analisado demonstrou que nem todas as mulheres atletas, as quais investem em uma carreira esportiva profissional, detem ou desejam deter um corpo feminino heteronormativo padrão, conforme Goellner (2003). Além disso, em determinadas modalidades esportivas, por seus requisitos físicos, táticos e técnicos, exige-se a construção de um corpo que paradoxalmente se afasta dessas (re)apresentações, como no caso das lutas, especificamente do boxe profissional.

Se o gênero pode ser compreendido como uma categoria analítica, além de um marcador que integra as identidades dos sujeitos, acreditamos que a construção da identidade de gênero é padronizada por diversos discursos, como os médicos, os religiosos, os jurídicos, os pedagógicos, e assim por diante.

Entretanto, existem (re)apresentações de gênero que fogem da norma padrão heteronormativa hegemônica, rompendo assim com a lógica predeterminada pela sociedade e em consequência disto, a (des)constróem. No caso dos esportes de alto rendimento, poderíamos cogitar que os corpos das mulheres atletas são moldados pela potencialização muscular que rompem com a visão padronizada de feminilidade. São femininas, porém de outra forma. O esporte, assim definido, favorece aos homens e colabora para a construção social da hegemonia masculina. Ao passo que, as performances e os corpos dos masculinos são estipulados como modelos para a mensuração de todas as conquistas atléticas, enquanto as performances e corpos femininos exercem uma referência negativa, conforme Lenskyj (1998).

De acordo com Kolnes (1995), a mídia esportiva digital tem uma função importante no controle e na banalização das mulheres atletas de alto rendimento, sobretudo de seus corpos. A imagem da mulher atleta, no meio esportivo, tornou-se o oposto da imagem masculina na mídia esportiva digital. Em suma, compete destacar que o presente estudo se limitou a analisar apenas um meio de comunicação (as mídias esportivas digitais), podendo servir como base para novos

estudos e pesquisas em diversas mídias (TV, revistas, jornais, entre outras), possibilitando assim comparações que possam permitir delinear um quadro mais amplo sobre a cobertura dada pela mídia esportiva, nacional e internacional, aos corpos das mulheres atletas. Além disso, a pesquisa também pode possibilitar que a cobertura midiática possa ser analisada com outras metodologias, desvelando o próprio discurso da mídia esportiva digital referente às mulheres atletas, sobretudo em relação aos seus corpos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XX, observou-se uma inclusão e uma participação mais expressiva das mulheres no esporte, entretanto, conforme afirma Goellner (2012), o esporte ainda continua sendo um espaço de gentrificação de corpos, bem como de desigualdades entre os gêneros, pois aos homens são destacadas suas habilidades e capacidades físicas, ao passo que as mulheres, a aparência de seus corpos, sua beleza, sua feminilidade e sua sensualidade. Esses discursos, que se baseiam no determinismo biológico, no qual a anatomia e a fisiologia naturalizam essas diferenças entre os sexos, são encarados como genuínos e criam representações sociais e performances individuais entre os gêneros.

A partir da veiculação da informação da reprovação no teste realizado pela IBA, pelas mídias esportivas digitais e pelos veículos de comunicação tradicionais digitais, desencadeou-se uma onda de especulações e desinformações quanto o gênero da atleta argelina, meio-médio, do boxe, Imane Khelif. Apesar de a maioria das reportagens trazerem o que aconteceu com a Imane Khelif, com a IBA e com o COI, seus títulos são tendenciosos, levando o leitor médio a concluir que a referida pugilista argelina não fosse uma mulher e que por esse motivo não deveria competir com as demais mulheres.

As estruturas sociais heteronormativas, estão presentes em diversos âmbitos do cotidiano, entre eles o esportivo. Diante desse contexto, os meios de comunicação digitais exercem um papel fundamental na difusão das informações referentes aos eventos esportivos. Posto isto, é fundamental a problematização do esporte enquanto campo heteronormativo e como isso reflete nos veículos de comunicação digitais. A partir das reportagens apresentadas na pesquisa, observa-se a prevalência em adequar, normalizar e homogeneizar as identidades de gênero, sexuais e corporais que são apresentadas como divergentes, limitando, oprimindo e negando a diversidade, conforme Moreira; Garton, (2021) e Ibarra, (2020).

Os resultados apresentados neste estudo demonstram que no Brasil, assim como em outros países, os corpos das mulheres atletas continuam sendo alvo de regras estabelecidas pela

sociedade, as quais são retratadas pela mídia esportiva digital, mesmo com o crescente número de mulheres atletas competindo de forma profissional e sendo bem-sucedidas no esporte. O ambiente esportivo não pode ser compreendido apenas como um espaço reservado às técnicas corporais, mas também de performances individuais que refletem valores socioculturais que compõem uma trajetória histórica.

Em concordância com Elias (1992), entender o esporte, em suas diversas facetas, possibilita conhecer a sociedade na qual vivemos e isto potencializa e reflete as relações de poder entre os gêneros, tornando-se assim, um ambiente oportuno para a testagem de hipóteses e a compreensão de fenômenos da sociedade contemporânea. Identificamos na pesquisa um controle esportivo do corpo da mulher atleta, por meio das mídias esportivas digitais e dos veículos de comunicação tradicionais digitais, como forma de gentrificação das mulheres atletas. Seguindo as ideias de Souza e Knijnik (2007), a mídia, incluindo as esportivas digitais, consolida o imaginário social coletivo, em outras palavras, elegendo e selecionando os fatos e os corpos que serão destaques, tornando-se assim um meio pelo qual se propaga discursos dominantes sobre o que é ser mulher (feminina) e homem (masculino).

Os meios de comunicação de massa, englobando as mídias esportivas digitais, (re)produzem valores e estereótipos dos corpos das mulheres atletas (re)afirmando as desigualdades de gênero, apesar do avanço e das conquistas femininas no esporte. Por isso, foi necessário problematizar, por meio deste estudo, os discursos e questionar as ações que decorrem do esporte. Diversas dessas ações são pautadas, histórica e culturalmente por padrões que são sustentados por comportamentos sexistas, expressos pelo controle esportivo do corpo da mulher atleta que geram condutas desiguais baseadas em uma hierarquia do gênero, pois, conforme Scott (1995), o gênero baseia-se nas relações de poder, alcançando tanto as mulheres quanto os homens, no sentido das relações sociais entre os sexos; construções sociais e papéis que são considerados adequados às mulheres e aos homens em uma formulação binária que necessita ser desconstruída.

Diante do exposto, esta pesquisa revela que as mídias esportivas digitais, bem como os veículos de comunicação tradicionais digitais são um dos alicerces básicos do esporte de alto rendimento, na atualidade, que exigem das mulheres atletas uma performance de feminilidade heteronormativa a qual, na maioria dos esportes, não condiz com o desempenho físico daquela modalidade, gerando assim um paradoxo corpóreo. Reconhecemos que as mídias esportivas digitais, além dos veículos de comunicação tradicionais digitais desempenham uma importante função ao analisar as relações de gênero e as representações dos corpos estereotipados, das

mulheres atletas. Esses meios de comunicação digitais não estabelecem, diretamente, as representações sociais, mas contribuem para eliminar ou (re)significar novas representações.

Posto isto, é necessário que as coberturas esportivas, oficiais e não oficiais, realizadas pelos meios de comunicação digitais, oportunizem às mulheres atletas espaços de visibilidade para que possam apresentar suas performances e conquistas, bem como seus corpos condizentes, fisicamente, a cada modalidade esportiva e não exijam, ainda que de forma velada, um padrão de feminilidade heteronormativo que destoaria das exigências de cada esporte, como: força, agilidade, velocidade, destreza, entre outras.

Este estudo apurou, averiguou e apresentou os principais relatos das mídias esportivas digitais, além dos veículos de comunicação tradicionais digitais, na cobertura dos Jogos Olímpicos em Paris, no ano de 2024, sobre o controle esportivo do corpo da mulher atleta, especificamente do boxe olímpico, baseadas na literatura de referência da área, a partir de um mapeamento que fizemos como etapa final de uma metapesquisa sobre gênero, mídias esportivas digital, veículo de comunicação tradicionais digitais e esporte no Brasil. Além disso, a partir das lacunas temáticas, teóricas e empíricas que foram identificadas ao longo das investigações conduzidas como o segmento de um projeto vasto de pesquisa sobre as relações entre mulheres atletas, esporte, gênero e mídias esportivas digital, serão necessários um conjunto de vertentes ou rotas de estudos para saná-las.

Diante do que foi analisado no decorrer desta pesquisa, é totalmente pertinente a abertura para novos debates acerca do tema, visto que, apesar de todo o processo de evolução, ainda carece de ajustes em relação ao corpo da mulher atleta e o meio esportivo, de forma geral. Tratando, não apenas da forma com a qual a mulher é vista pela sociedade, mas da forma na qual acontece o processo democrático da mulher com relação à sua inserção no meio esportivo de alto rendimento.

A seguinte pesquisa propõe uma reflexão, com base na fundamentação teórica, sobre a construção social do corpo da mulher atleta a partir dos padrões de feminilidade heteronormativo hegemônico ocidental da classe dominante. Considerando que o corpo e a corporeidade são carregados de subjetividades, não caberia exigir uma performance, tampouco uma performatividade única que atendessem aos ditames de uma sociedade patriarcal com raízes eurocêntricas. Levando isto em conta, a construção corporal é um processo biopsicossocial, seja para a mulher comum, seja para a mulher atleta, porém cada uma carrega suas peculiaridades.

O processo de construção corporal para a mulher comum, com relação ao aspecto biológico está voltado em atender aos fins estéticos de feminilidade heteronormativa

hegemônica da classe dominante; no tocante ao psicológico volta-se aos anseios, traumas e carências potencializados pela padronização hegemônica de feminilidade; e por fim, com respeito ao social, refere-se a performatividade e performance atendidas pelo padrão hegemônico heteronormativo de feminilidade preconizada pela sociedade capitalista patriarcal. Enquanto isso, para a mulher atleta, essa construção corporal sob o aspecto biológico procura desenvolver seu corpo com a finalidade de atingir a alta performance esportiva; psicologicamente visa atender aos anseios pessoais (traumas, carências etc.), bem como aos anseios dos patrocinadores, que a depender do caso, exige que esse corpo faça parte de um padrão heteronormativo feminino hegemônico; socialmente visa atender às demandas de uma sociedade capitalista patriarcal que preconiza a padronização de feminilidade heteronormativa hegemônica, bem como aos patrocinadores que também, em alguns casos exigem esse padrão social corporal. Dito isto, o corpo da mulher atleta deve ser forjado, projetado, construído com a finalidade de atender ao seu maior propósito: o mais alto lugar do Podium, nada além disso.

7 REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Atividades físicas e esportivas e Mulheres no Brasil. 2017. Disponível em: Acesso em: 11 nov. 2017.

ANDRADE de Melo, Victor. Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910). In: Revista Brasileira de História, vol. 27, núm. 54, p. 127-152, dezembro, 2007.

ANDRADE, S. Mídia impressa e educação de corpos femininos. In: LOURO, G.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. (Org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

ANU Sharma; Corrine K Welt. Abordagem prática ao hiperandrogenismo em mulheres. Med Clin Norte Am. Manuscrito do autor; disponível no PMC: 1º de novembro de 2022. Publicado em formato final editado como: Med Clin North Am. 2021 Set 8;105(6):1099–1116. doi: 10.1016/j.mena.2021.06.008.

ANN LOCK, Rebecca. The doping ban: Compulsory heterosexuality and lesbophobia. International Review for the Sociology of Sport, London, Sage Publications, vol.38, nº4, 2003, pp.397-411.

Apud MANHÃES, E. D. Política de Esportes no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.134.

AQUINO R.S.L.; FRANCO DA, LOPES O.G.P.C. História das sociedades. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

ARRUDA, J. J. História moderna e contemporânea. São Paulo: Ática, 1999

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, M.; BASSANEZI, C. (Org.). História das mulheres no Brasil. 9 ed., São Paulo: Contexto, 2009. P.607-639. BBC.com. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd17701ye7xo/> Acesso em: 23 ago. 2024.

BRACHT, V. Sociologia crítica do esporte: uma introdução. Ijuí: Unijuí, 2005.

BLOMMAERT, Jan. The Sociolinguistics of Globalization. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BEAUVOIR, S. de. O segundo sexo: a experiência vivida. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, (1949)1980, p.9.

BERGER, Guy, Prefácio in IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. Jornalismo, Fake News & Desinformação: Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo. UNESCO, 2019. 130 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>.

- BIANCO, N. R. Del. Noticiabilidade no rádio em tempos de Internet. In: IUSOCOM, 6., 2004, Covilhã. Anais... Covilhã, 2004.
- BORDO, S. *Unbearable Weight: Feminism, Western Culture and the Body*. Berkeley, University of California Press, 1993.
- BORDO, Susan. *Twilight Zones: the Hidden Life of Cultural Images from Plato to O.J.* Berkeley: University of California Press, 1997b.
- BOURDIEU, Pierre. *Microcosmes. Théorie des champs*. In J. Bourdieu & F. Poupeau (ed.), *Raisons d’agir*, 2022.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 1998.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- Confederação Brasileira de Boxe (CBB), disponível em: <https://cbboxe.org.br/historia/>. Acesso em: 20 de ago. 2024.
- CAMARGO, W. X., Kessler, C. S. (2017, Janeiro/Abril). Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. *Horizontes Antropológicos*, 47 (23), 191-225.
- CAPRANICA, L. et al. Newspaper coverage of women's sports during the 2000 Sydney Olympic Games: Belgium, Denmark, France, and Italy. *Research quarterly for exercise and sport*, v. 76, n. 2, p. 212-223, 2005.
- CAPURRO, R. Ethical challenges of the information society in the 21st century. *International Information & Library Review*, v. 32, p. 257-276, 2000. Disponível em <http://www.capurro.de/EEI21.htm> Acesso em 18 dez. 2001.
- CARDOSO, Maurício. *Os arquivos das olimpíadas*. Editora: Panda Books. 2000.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- CLASEN, P. The female athlete: Dualisms and paradox in practice. *Women and Language*, Michigan, v. 24, n. 2, p.36-41, 2001.
- CONNEL, R. W. “Políticas da masculinidade”. In: *Educação e Realidade*, vol. 2, n. 20; 1995.
- COACCI, Thiago. *Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil 2018*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- COI, Comitê Olímpico Internacional. *Répertoire du mouvement olympique*, 2006.

Da infância pobre ao cargo de embaixadora da Unicef: conheça a história da boxeadora argelina alvo de polêmica em Paris-2024. O Globo, 22/06/2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/olimpiadas/noticia/2024/08/04/das-brigas-na-rua-aembaixadora-da-unicef-a-luta-contra-o-preconceito-da-boxeadora-argelina-quevirou-alvo-de-polemica-em-paris.ghtml>. Acesso em: 22 de jun. de 2025.

DAOLIO, J. A cultura do corpo. Campinas, 11a ed. SP: Papirus, 1995.

DEL PRIORE, M. Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Senac, 2009.

DEVIDE, Fabiano Pries et al. Estudos de gênero na educação física brasileira. Motriz: Revista de Educação Física, v. 17, p. 93-103, 2011.

DEVIDE, F. Gênero e mulheres no esporte: história das mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

Diário do Grande ABC. Mulher vence luta de boxe contra homem. Diário do grande ABC, 10 out. 1999.

DICKSON, Barry et al. Gender verification of female Olympic athletes. Medicine & Science in Sports & Exercise, Philadelphia, Churchill Livingstone, vol.34, nº10, 2002, pp.1539-1542.

DORNELLES, PG. Gênero e sexualidade na educação física escolar: notas sobre a normalização dos corpos no interior baiano. In: Dorneles PG, Wenzel I, Schwengber MSV, editors. Educação física e gênero: desafios educacionais. Ijuí: Unijuí; 2013. p. 215---38.

DORO Bruno. Disponível em: <https://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2012/07/27/numero-de-mulheres-olimpicas-cresce-mas-performance-ainda-e-10-inferior-aos-homens.htm>. Acesso em: 10 de ago. de 2024.

DÖRNYEI, Zoltán. Research methods in applied linguistics. Oxford University Press, 2007.

DURANTEZ, C. Olímpia y los juegos olímpicos antiguos. Burlada-Pamplona: San Blas, 1975. 2 v.

ELIAS, N. A Busca da Excitação. Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, N. & DUNNING, E. Deporte y Ócio en el Proceso de la Civilización. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

ESPN.com.br. Disponível em: https://www.espn.com.br/olimpiadas/artigo/_/id/14026603/olimpiadas-me-odeiam-nao-sei-por-que-argelina-imane-khelif-desabafa-apos-ouro-polemica-boxe. Acesso em: 20 de ago. 2024.

FABRÍCIO, B. Mulheres emocionalmente descontroladas: identidades generificadas na mídia contemporânea. D.E.L.T.A., São Paulo, v. 20, n. 2, p. 235-263, 2004.

Fairclough, N., & Melo, I. (2012). Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. *Linha D'Água*, 25(2), 307-329. doi:10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329» <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329>

FAUSTO-STERLING, A. *Myths of gender: biological theories about women and men*. New York: Basic Books, 1992.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, Campinas (SP), 17/18, p. 9-79, 2001/02.

FRANZINI, F. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, nº 50, p. 315-328 – 2005.

FERRETTI, M. A. d. C.; KNIJNIK, J. D. ‘Se for lutar vai apanhar!’: um estudo quantitativo sobre hábitos e modos de lutadoras universitárias de boxe, caratê e capoeira. *Revista Digital - Buenos Aires - Año 14 - Nº 135 – Agosto de 2009*. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd135/habitos-de-lutadoras-de-boxe-carate-e-capoeira.htm>. Acesso em 08 de ago. 2024.

FIGARI C.E. DÍAZ-BENÍTEZ M.E. Sexualidades que importam: entre a perversão e a dissidência. In: Díaz-Benítez ME, Figari CE, editors. *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond; 2009.

FIRMINO, Carolina Bortoleto; DE SOUZA VENTURA, Mauro. A evolução histórica da participação feminina nos Jogos Olímpicos da Era Moderna e a inclusão das mulheres no esporte de competição. *Triade: Comunicação, Cultura e Mídia*, v. 5, n. 10, 2017

FIKRY, Amr; Riham, ELDEEB. Imane Khelif: boxeadora argelina não se importa com boatos, diz família à BBC. *BBC News Brasil*, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cje22n011jlo>. Acesso: 22 de jun. 2025.

FINK, J. S.; KENSICKI, L. J. An imperceptible difference: Visual and textual constructions of femininity in *Sports Illustrated* and *Sports Illustrated for Women*. *Mass Communication & Society*, v. 5, n. 3, p. 317-339, 2002.

FLICK, Uwe. Pesquisa qualitativa e quantitativa. In: FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. cap. 3. p. 39-49.

FORTES, Rafael. Um balanço dos estudos de esporte no Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação de 2012. *Revista Contracampo*, n. 30, p. 83-100, 2014.

FORTES, Rafael. A História e os estudos do esporte na Comunicação. In: 44o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 2021, Recife (virtual). *Anais...* São Paulo: Intercom, p. 1-13, 2021.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Porto Alegre: Sulina, 2011, 239p.

FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. In: Revista Brasileira de História, vol. 25, núm. 50, p. 315-328, dezembro, 2005

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: _____. Um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos (1901-1905). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969. p. 123-250. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7).

FULLER, L. K. Sport, rhetoric, and gender: Historical perspectives and media representations. New York: Palgrave MacMillan, 2006.

GARCIA, R. M.; PEREIRA, E. G. B. A trajetória pessoal de Tiffany Abreu no esporte de alto rendimento. Revista Movimento, v. 25, p. 1-15, 2019.

GARCIA, Rafael Marques; BARBOSA, Erik Giuseppe. A opinião de atletas e treinadores de voleibol sobre a participação de mulheres trans. Revista Movimento, v. 26, p. 1-16, 2020

GOELLNER, S. V. Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2003.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005.

GOELLNER, S.V. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. Movimento, 13(02), 171-196, 2007.

GOELLNER, S. V. “O Esporte e a Cultura Fitness como Espaços de Generificação dos Corpos”, in Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife, Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007, pp. 1-9

GOELLNER, Silvana Vilodre. “Imagens da mulher no esporte”. In: PRIORE, Mary; MELO, Victor. (orgs.). História do Esporte no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

GOELLNER, S.V. Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. Revista Tempo, 1934, 45-52, 2012.

GOELLNER S.V. Mulher, olimpismo e desempenho. III Fórum de debates sobre mulher & esporte – mitos e verdades. Universidade de São Paulo – USP, 2004.

GOELLNER, S.V. Mulher e esporte no Brasil: Entre incentivos e interdições elas fazem história. Pensar a prática. 2006; 1: 85-100.

GOELLNER, S. V. Na Pátria das Chuteiras as mulheres não têm vez. In: Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: gênero e preconceitos. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. p. 1-7.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4a ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

- GOUGES, Olympe de. Oeuvres. Edited by Benoit Groult. Paris: Mécure de France, 1986.
- GUEDES, Simoni Lahud. O Brasil nos campos de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro. Niterói: Ed.UFF, 1998.
- GUTTMANN, Allen. The game must go on: avery brundage and the olympic movement. New York, Columbia University Press, 1984.
- GRIFI G. História da educação física e do esporte. Porto Alegre: D C Luzatto Editores, 1989.
- HEILBORN, M. L. De que gênero estamos falando? Sexualidade, Gênero e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, , p. 1- 8, dez. 1994.
- HILLEBRAND, Marinez Domeneghini. Dando voz às mulheres participantes do esporte universitário: contradições e desafios para a prática esportiva. Tese (Doutorado em Serviço Social). Porto Alegre: PUC-RS, 2007.
- IBARRA, Mariana. “Cuéntame tus testosteronas”: un análisis sobre las regulaciones para jugadorxs transgénero e hiperandrógenas. Revista de estudios de Género, n. 52, p. 161-190, 2020
- IWAMOTO, T. C. ; ALMEIDA, Dulce Filgueira de. O caso Tiffany Abreu na comunidade Quebrando o Tabu: entre o preconceito e o estigma. Cadernos de Gênero e Tecnologia, v. 14, p. 582-598, 2021.
- JAEGER, A. A. Gênero, Mulheres e Esporte. Gênero, Mulheres e Esporte. Revista Movimento. Porto Alegre. v.12. n.1, p.199-210, janeiro/abril de 2006.
- KOIVULA, N. Gender stereotyping in televised media sport coverage. Sex roles, v. 41, n. 7-8, p. 589-604, 1999.
- KOLNES, L. J. Heterosexuality as an organizing principle in women’s sport. International Review for the Sociology of Sport, Londres, v. 30, n. 1, p. 61-77, mar. 1995.
- KNIJNIK, J.D. Gênero e Esporte: masculinidades e feminilidades. Rio de Janeiro, RJ: Apicuri Editora, 2010.
- LANCASTER, F. W. O currículo da Ciência da Informação. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, v. 17, n.1, p. 01-05, jan./jun. 1989
- LANZ, L. Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser. Periódicus, Salvador, v. 5, n. 1, p. 205-220, 2016.
- LAURETIS, T. de. Technologies of gender: es says on theory, film, and fiction. Bloomington; Indi anapolis: Indiana University Press, 1987
- LE COADIC, Y. A ciência da informação. Brasília: Briquet de Lemos, 1996
- LESSA, Patrícia; VOTRE, Sebastião. “Carteira Rosa: A Tecnofabricação dos Corpos Sexuados nos Testes de Feminilidade na Olimpíada de 1968”, in Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 35, n. 2. Porto Alegre, abr.-jun./2013, pp. 263-79.

LENSKYJ, H. "Inside sport" or "on the margins"? Australian women and the sport media. *International Review for the Sociology of Sport*, London, v.33, n.1, p.19-32, 1998.

LENSKYJ, H. J. *Olympic industry resistance: challenging Olympic power and propaganda*. Albany, State University of New York Press, 2008.

LE BRETON, D. *Sociologia do corpo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes; 2007.

LE BRETON, D. *Adeus ao Corpo: Antropologia e Sociedade*. 1. ed. Campinas:Papirus; 2003.

LE BRETON, David. *Antropologia do corpo e modernidade*. Tradução de Fábio dos Santos Creder. Petrópolis: Vozes, 2011.

LE BRETON, D. *Sociologia do corpo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LIBERA A. *A filosofia medieval*. Rio de Janeiro: H. Dicionário da Idade Média - Jorge Zahar Editora, 1990.

LUIZ JÚNIOR, Agripino Alves. *Educação Física e Gênero: olhares em cena*. São Luiz: Imprensa UFMA, 2003.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LOPES, José Sérgio Leite. A vitória do futebol que incorporou a pelada: a invenção do jornalismo esportivo e a entrada dos negros no futebol brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, nº 22, jun./ago. 1994.

LOYN H. *Dicionário da idade média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1990.

Louise A. Tilly. GÊNERO, HISTÓRIA DAS MULHERES E HISTÓRIA SOCIAL. *Cadernos Pagu*, Desacordos, desamores e diferenças, v.3, p. 29-62, 1994. Disponível em: <[https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1994\(3\)/Tilly.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1994(3)/Tilly.pdf)>. Acesso em 24/05/2024

MARKULA, P. Introduction. In: MARKULA, P. (Ed.). *Olympic women and the media: International perspectives*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009. p. 1-29.

MARINHO, I.P. *História geral da educação física*. São Paulo: Brasil Editora, 1980

MARTIN, Monique de Saint. A noção de campo em Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 10, n. 26. p. 222-235, 2022.

MARTINS, Leonardo. Quem é Imane Khelif, boxeadora que está na Olimpíada após reprovação em teste de gênero. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/olimpiadas/quem-e-imane-khelif-boxeadora-que-esta-na-olimpiada-apos-reprovacao-em-teste-de-genero/> Acesso em: 22 ago. 2024.

MATOSO, A.G. *História da civilização: idade Média, Moderna e Contemporânea*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1982.

MATTAR, Fauze Najib. *Pesquisa de marketing: metodologia e planejamento*. 5. ed. São Paulo, Atlas, 1999.

- MATOS, M. I. S. de. Por uma história da mulher. 2 ed. Bauru, SP: EDUSC, 2008.
- MAUSS, M., 1980 (1936), "Les Techniques du Corps", *Sociologie et Anthropologie*, pp 365-388. Paris: PUF
- MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. Disponível em: Acesso em 01 de fev. de 2013
- MOREIRA, F. M. Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das ‘características substantivas’ das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e o Globo. 2006. 157f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. MOREIRA, Verónica; GARTON, Gabriela. Fútbol, nación y mujeres en Argentina: redefiniendo el campo del poder. *Movimento*, Porto Alegre, v. 27, p. 1-16, 2021.
- MOURÃO, L. Exclusão e inserção da mulher brasileira em atividades físicas e esportivas. In: *Mulher e Esporte – mitos e verdades*. SIMÕES AC (org). Barueri (SP): Manole; 2003.
- MOURÃO, L.V. S. Esporte e inclusão social – mulheres. In: Da Costa LP. (Org.) *Atlas do esporte no Brasil. Atlas do esporte, educação física e atividades físicas e saúde e lazer no Brasil*. Rio de Janeiro (RJ): Shape; 2005.
- MCDONAGH, E.; PAPPANO, L. *Playing with the boys: Why separate is not equal in sports*. New York: Oxford University Press, 2007.
- MESSNER, M. *Taking the field: Women, men, and sports*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2002.
- MELO, Iran Ferreira de. *Ativismo LGBT na imprensa brasileira: análise crítica da representação de atores sociais na Folha de S. Paulo*. 2013. 384 f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MÜHLEN, J.; GOELLNER, S. Jogos de gênero em Pequim 2008: representações de feminilidade e masculinidades (re)produzidas pelo site Terra. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 165-184, jan./mar. 2012.
- MULLER, Norbert; TODT, Nelson Schneider. *Olimpismo: Seleção de textos*. Porto Alegre: Edipcrs/ Comitê Internacional Pierre de Coubertin, 2015.
- MULVEY, Laura, and WOLLEN, Peter. *Riddles of the Sphinx*, UK, 1976.
- NOVAES, J. *Com que corpo eu vou?: sociabilidade e usos do corpo nas mulheres das camadas altas e populares*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e Editora Pallas, 2010.
- OLIVEIRA, G., CHEREM E.H.L., TUBINO, M.J.G. A inserção histórica da mulher no esporte. *R. bras. Ci e Mov*. 2008; 16(2): 117-125
- OLIVEIRA, Valleria Araujo de; Silva, Ana Márcia; Almeida, Dulce Filgueira de. Entre um ideal ético e estético: as atletas em campeonatos de musculação fitness e fisiculturismo. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 22: 52582, 2019.

OLIVEIRA, N. G. de. IDENTIDADE DE GÊNERO, ATAQUES RACISTAS E O PAPEL DAS MULHERES NOS JOGOS OLÍMPICOS: Uma conversa com a pesquisadora Nelma Gusmão de Oliveira. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2024.

PADILHA, Felipe André. Entre macacos velhos e que queerpiras: uma etnografia por entre as interfaces dos aplicativos de busca por parceiros online no interior paulista. Tese (Doutorado) Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2019.

PFISTER, Gertrud. "Women and the Olympic Games". In: DRINKWATER, Barbara L. (org). Women in Sport: the encyclopedia of sports medicine and IOC medical committee publication. Oxford: Blackwell, 2000. P. 3-22. V. 8.

PENNYCOOK, G.; MCPHETRES. J.; ZHANG, Y.; LU, J. G.; RAND, D. G. Fighting COVID-19 misinformation on social media: experimental evidence for a scalable accuracy nudge intervention. *Psychological Science*, Washington (D.C), v. 31, n. 7, p. 770–780, 2020. DOI: 10.1177/0956797620939054

PERES, W.P. Atividade olímpica, poder, comportamento, sexo, imagem corporal. III Fórum de debates sobre mulher & esporte – mitos e verdades. Universidade de São Paulo – USP, 2004.

PEREIRA, Ana Maria. Motricidade Humana: a complexidade e a práxis educativa. Tese de doutorado, Universidade da Beira do Interior, Covilhã, Portugal, 2006.

PRECIADO, Paul. Manifesto Contrassexual. São Paulo: N-1 Edições, 2017

PRETOT, Julien. Boxeadora Imane Khelif é ouro após ser alvo de fake news sobre gênero. Argélia dominou luta final do 66kg contra chinesa Yang Liu. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/esportes/noticia/2024-08/boxeadora-imane-khelif-e-ouro-apos-ser-alvo-de-fake-news-sobre-genero>. Acesso em: 01 de ago. 2024.

PICH, S. Cultura corporal de movimento. in GONZÁLEZ, F. J; FENSTERSEIFER, P. E (Orgs.). Dicionário crítico de educação física. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 108-111. 2005.

QUADRADO, Raquel Pereira; RIBEIRO, Paula Regina Costa. O corpo na escola: alguns olhares sobre o currículo. *Enseñanza de las Ciências*, número extra, VII Congresso, 2005.

RIAL, C. S. Rúgbi e judô: esporte e masculinidade. In: PEDRO, J.M.; GROSSI, M.P. Masculino Feminino Plural: gênero na interdisciplinariedade. São Paulo: Mulheres Ltda, p. 241-254, 2000.

RITCHIE, Ian. Sex tested, gender ferified. Controlling female sexuality in the age of containment. *Sport History Review*, Califórnia, Human Kinetics, vol.34, nº1, 2003, pp.80-98.

RODRIGUES, J.C. O tabu do corpo. Rio de Janeiro: Achiamé, 1975.

ROMERO, E. Essas mulheres maravilhosas: nadadoras e ginastas. In: *Mulher e Esporte – mitos e verdades*. Simões AC (org). Barueri (SP): Manole; 2003.

ROMERO, E. A hierarquia de gênero no jornalismo esportivo. In: III Fórum de debates sobre mulher & Esporte > Mitos & Verdades < Fórum Internacional - 16 a 18 de Setembro de 2004.

RUBIN, Gayse. *The Traffic in Women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

Site IBGE: disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21581-informacoes-atualizadas-sobre-tecnologias-da-informacao-e-comunicacao.html#:~:text=Nas%20%C3%A1reas%20urbanas>. Acesso em: 18 de ago. 2024.

SCHNAPP, A. A imagem dos jovens na cidade grega. In: LEVI, G.; SCHMITT, J. (Org.). *História dos jovens: da antiguidade à era moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SALVINI, Leila. A luta como “ofício do corpo”: entre a delimitação do subcampo e a construção de um habitus do mixed martial arts em mulheres lutadoras. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

SANFELICE, G. R. Os enquadramentos dos jornais Zero Hora e Folha de São Paulo na cobertura de Daiane dos Santos nos Jogos Olímpicos de Atenas/2004: a midiatização do resultado esportivo. 2007. 186 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Área de Concentração em Processos Midiáticos, da Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS, RS), São Leopoldo, 2007.

SANTOS, O. J. d.; BANDEIRA, T. L.. Futebol e futsal feminino. *Revista Digital - Buenos Aires - Año 14 - N° 135 – Agosto de 2009*. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd135/futebol-e-futsal-feminino.htm>. Acesso em 04/03/2012.

SILVA, Francisca Islandia C.; ALMEIDA, Dulce Filgueira. Masculinidades no esporte: o caso do rugby. *Movimento*, v.26, p.2 - 13, 2020.

SILVA, Bruna Bárbara Proença Oliveira; CAVICHIOLLI, Fernando Renato; CAPRARO, André Mendes. Adesão e permanência de mulheres no boxe em Curitiba-PR. *Motrivivência*, v. 27, n. 45, p. 124-137, set. 2015.

SILVEIRA VT, Vaz AF. O doping e a construção de experiências de feminilidade: comentários a respeito do caso Rebeca Gusmão. In: Dorneles PG, Wenez I, Schwengber MSV, editors. *Educação física e gênero: desafios educacionais*. Ijuí: Unijuí; 2013. p. 291---308.

SCOTT, J.W. – *Gender: a useful category of historical analyses*. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989.

SOUZA, J. S. S.; KNIJNIK, J. D. A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 21, n. 1, p. 35-48, 2007. Spry, T. (2001). From Goldilocks to dreadlocks: Hair-raising tales of racializing bodies. In *The green window: Proceedings of the giant city conference of performative writing* (pp. 52-65). Carbondale: Southern Illinois University.

THESAURUS linguae latinae. Leipzig: Teubner, 1900.

THOMPSON, J. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2004.

VANCE, C. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-31, 1995.

VARIS, Piia. HOU, Mingyi. Digital approaches in Linguistic Ethnography. In: TUSTING, Karin (ed.). The Routledge Handbook of Linguistic Ethnography. New York: Routledge, 2020. p. 229-240.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

WACQUANT, Loïc. Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumar

ZEMAN, J. Significado filosófico da noção de informação. In: ROYAUMONT, C. de (Org.). O conceito de informação na ciência contemporânea. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. p. 154–168.

ⁱ As aspas são nossas para demonstrar a forma tendenciosa utilizada na redação da reportagem.

ⁱⁱ As aspas são nossas, para enfatizar que, por se tratar de um esporte de contato físico, o Boxe Olímpico pode gerar golpes fortes, apesar de todo esforço para preservação e segurança do atleta, apesar de ser um esporte de contato ele possui diversos mecanismos em prol de minimizar danos ao seu praticante. Suas regras e equipamentos de segurança, atualmente, pode-se observar bastante eficientes para proteger os atletas, práticas que rebaixa o atleta fisicamente são malvistas entre treinadores reconhecidos e bem-conceituados na área, segundo Firmino et al. (2017).